



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA BACHARELADO

SANDRO LOPES PEREIRA

ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA ARQIB:
Uma Perspectiva Histórica (1985–2024).

MARABÁ-PA

2024

SANDRO LOPES PEREIRA

ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA ARQIB:
Uma Perspectiva Histórica (1985–2024).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Abraão Levi dos Santos Mascarenhas

MARABÁ-PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

P436a Pereira, Sandro Lopes

Análise do uso e ocupação do território quilombola da ARQIB: uma perspectiva histórica (1985–2024) / Sandro Lopes Pereira. — 2024.

73 f. : il. color.

Orientador (a): Abraão Levi dos Santos Mascarenhas.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Bacharelado em Geografia, Marabá, 2024.

1. Comunidades de escravos fugitivos - História. 2. Quilombolas – Territórios ocupados. 3. Patrimônio cultural - Proteção. 4. Política pública. 5. Proteção ambiental. I. Mascarenhas, Abraão Levi dos Santos, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 307.70981

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

SANDRO LOPES PEREIRA

ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA ARQIB:

Uma Perspectiva Histórica (1985–2024).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Abraão Levi dos Santos Mascarenhas

Data de aprovação: Marabá (PA), 19 de setembro de 2024.

CONCEITO: ***EXCELENTE***

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Abraão Levi dos Santos Mascarenhas
(FGEO – ICH – UNIFESSPA – Orientador)

Prof. Dr. Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues
(FGEO – ICH – UNIFESSPA – Examinador)

Prof. Dr. Marcos Alexandre Pimentel
(FGEO – ICH – UNIFESSPA – Examinador)

Dedico esse trabalho ao meu avô, Leôncio Machado, à minha mãe, Maria Madalena (in memoriam), e à minha avó, Josefa Lopes. Como meus primeiros incentivadores e grandes amigos, eles me ensinaram a reconhecer cada conquista e me incentivaram a buscar sempre o melhor. Seu apoio e sabedoria foram fundamentais para minha trajetória.

À minha avó, Josefa, pelo imenso apoio nos momentos em que tudo parecia desmoronar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que me concedeu a vida e me abençoa diariamente com Seu amor infinito.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Abraão Levi dos Santos Mascarenhas, sou profundamente grato por sua dedicação, paciência, equilíbrio e rigor científico. Sua orientação foi fundamental para a construção deste estudo, despertando em mim o desejo de explorar novos conhecimentos e aprofundar-me no universo da pesquisa.

Agradeço também ao Prof. Dr. Marcos Alexandre Pimentel, cujas valiosas contribuições enriqueceram significativamente este trabalho.

Às minhas irmãs, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo encorajamento e força nos momentos mais desafiadores, expresso minha sincera gratidão. Agradeço também a todos os familiares que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste sonho.

Aos membros da Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, especialmente ao senhor Domingos, Djalma, Leôncio, dona Deonata e dona Arnoud, expresso meu sincero agradecimento pelas valiosas informações que compartilharam, as quais foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Estendo minha gratidão a todos os professores da Faculdade de Geografia da UNIFESSPA, que desempenharam um papel crucial na minha aquisição de novos conhecimentos ao longo do curso.

Aos novos amigos que fiz durante esta jornada acadêmica – Luis Felipe, Gleyson Gomes e Anderson Ijawari – meu sincero obrigado pela companhia e apoio.

Finalmente, ao meu amigo Vagner Baía, agradeço pelo incentivo constante e pela ajuda inestimável.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar como as comunidades quilombolas da Associação Remanescente de Quilombo de Igarapé-Preto à Baixinha (ARQIB) usam e se apropriam do seu território, considerando suas tradições, práticas e relações com o meio ambiente. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observações e pesquisa bibliográfica em periódicos qualificados, dissertações de mestrado, bem como em livros. A pesquisa visa compreender a dinâmica territorial dessas comunidades ao longo dos anos, traçando uma linha histórica entre 1985 e 2024. A análise se concentra nos desafios enfrentados para a preservação do patrimônio cultural e ambiental dessas comunidades, bem como no impacto das políticas públicas voltadas para elas. Para tanto, recorreremos à ferramenta de geoprocessamento, baseada em dados geoespaciais e análises documentais, o que possibilitou mapear as mudanças na paisagem ao longo do tempo e identificar possíveis conflitos de interesses decorrentes da pressão por desenvolvimento econômico nas áreas quilombolas. A preservação desses territórios é essencial não somente para a preservação das tradições e identidade cultural das comunidades, mas também para a preservação do meio ambiente e da biodiversidade local. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para o debate acadêmico e político sobre a preservação dos territórios quilombolas e a valorização das comunidades tradicionais. Além disso, espera-se que sirva como um recurso para as comunidades quilombolas, auxiliando-as a articular suas demandas e lutar pelos seus direitos.

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas; Território; Preservação Cultural; Geoprocessamento; Políticas Públicas

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze how the quilombola communities of the Associação Remanescente de Quilombo de Igarapé-Preto à Baixinha (ARQIB) use and appropriate their territory, considering their traditions, practices, and relationships with the environment. For this purpose, semi-structured interviews, observations, and bibliographic research were conducted in qualified journals, master's dissertations, as well as books. The research aims to understand the territorial dynamics of these communities over the years, tracing a historical line between 1985 and 2024. The analysis focuses on the challenges faced in preserving the cultural and environmental heritage of these communities, as well as the impact of public policies aimed at them. To this end, we used the geoprocessing tool, based on geospatial data and documentary analyses, thus making it possible to map changes in the landscape over time and identify potential conflicts of interest arising from the pressure for economic development in quilombola areas. The preservation of these territories is essential not only for the preservation of the communities' traditions and cultural identity but also for the preservation of the environment and local biodiversity. It is hoped that the results of this study will contribute to the academic and political debate on the preservation of quilombola territories and the appreciation of traditional communities. Moreover, it is expected to serve as a resource for quilombola communities, helping them articulate their demands and fight for their rights.

Keywords: Quilombola Communities; Territory; Cultural Preservation; Geoprocessing; Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização do Território Quilombola da ARQIB.....	12
Figura 2. Mapa de localização do Território do Baixo Tocantins - PA.....	31
Figura 3. Mosaico da Manifestação Cultural do Samba de Cacete.....	44
Figura 4. Mosaico da Castanha-do-Pará, Bacuri e Bacaba.....	48
Figura 5. Mosaico da Produção artesanal da farinha de mandioca	49
Figura 6. Mosaico da Atividade Pesqueira Local	50
Figura 7. Mosaico das Novas formas de uso dos recursos hídricos no Território	51
Figura 8. Percentual da cobertura e uso da Terra do Território da ARQIB (1985 a 2022).....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Números de Comunidades Quilombolas por Município.	35
Tabela 2. Gráfico dos dados estatísticos, totais de hectares por classe.....	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PROBLEMA DA PESQUISA	13
3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	13
4 OBJETIVOS	14
4.1 Objetivo geral	14
4.2 Objetivos específicos.....	14
5 METODOLOGIA	15
6 CAPÍTULO I: CONTEXTO DO USO E OCUPAÇÃO REGIONAL NA AMAZÔNIA E A CONQUISTA DO TERRITÓRIO: UM PANORAMA HISTÓRICO	16
6.1. Políticas de ocupação da Amazônia a partir dos anos de 1950	21
7 CAPÍTULO II: PROCESSO DE OCUPAÇÃO PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS	30
8 CAPÍTULO III: AS TERRAS DE PRETO E A CONQUISTA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA ARQIB: ORIGEM, OCUPAÇÃO E CULTURA	36
8.1. As Terras de Preto	36
8.2. A história da origem, titulação, ocupação e cultura do Território da ARQIB.....	38
9 CAPÍTULO IV: TERRITÓRIO DA ARQIB: UMA VISÃO DE SEUS USOS	46
10 CAPÍTULO V: AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DO TERRITÓRIO DA ARQIB: UM ESTUDO DE 1985 A 2024	53
10.1. Os impactos da abertura da BR-422 e suas consequências para a Região do Território	54
10.2. Análise dos impactos do Projeto Luz Para Todos no Território:	57
10.3. Impactos da PA-368.....	60
10.4. Uma análise espacial e temporal entre os anos de 1985 a 2022	60
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
12 REFERÊNCIA	69

1. INTRODUÇÃO

A ARQIB, Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé-Preto à Baixinha, é formada por um conjunto de comunidades quilombolas, localizadas nos municípios de Oeiras do Pará, Baião e Mocajuba, na região do Baixo Tocantins, nordeste do Pará. Essas comunidades possuem uma longa história de resistência e luta pela preservação de sua identidade cultural, mantendo vivas as tradições ancestrais transmitidas ao longo das gerações. Neste sentido, a preservação dos territórios quilombolas e a valorização das comunidades tradicionais têm sido temas de grande relevância tanto no âmbito acadêmico quanto no político. Segundo Coqueiro (2010), as transformações sociais são vistas como o resultado de um processo histórico que acompanha a humanidade através de suas diversas fases de desenvolvimento. Estas mudanças destacam a capacidade humana de se adaptar às novas realidades e valores desafiadores. A humanidade, sendo a protagonista de sua própria história, possui o potencial de conceber projetos que proporcionam novos rumos para sua existência. Ainda segundo a autora, essa capacidade é mais comumente demonstrada pelas formas de domínio da natureza, provocando mudanças em sua visão de mundo ao longo de sua história. Essa atitude é tão antiga quanto a própria existência humana na Terra (Coqueiro, 2010).

Neste contexto, abordamos no presente trabalho o quadro de transformações territoriais relativamente recentes na Amazônia, desencadeado a partir dos marcos legais brasileiros presentes na Constituição Federal (CF) de 1988, relativos ao reconhecimento, demarcação e titulação de populações quilombolas. Conforme o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, são considerados remanescentes das comunidades de quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, lei n.º 4.887, de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. “Essas mudanças são resultantes das pressões dos movimentos negros e organizações civis que exigiam há tempos um tratamento adequado à questão da causa negra no Brasil, o que inclui a demarcação dos territórios de remanescentes de quilombos a partir da auto-identificação” (Treccani, 2006; Cardoso, 2008; Souza, 2008; Prioste *et al.*, 2011).

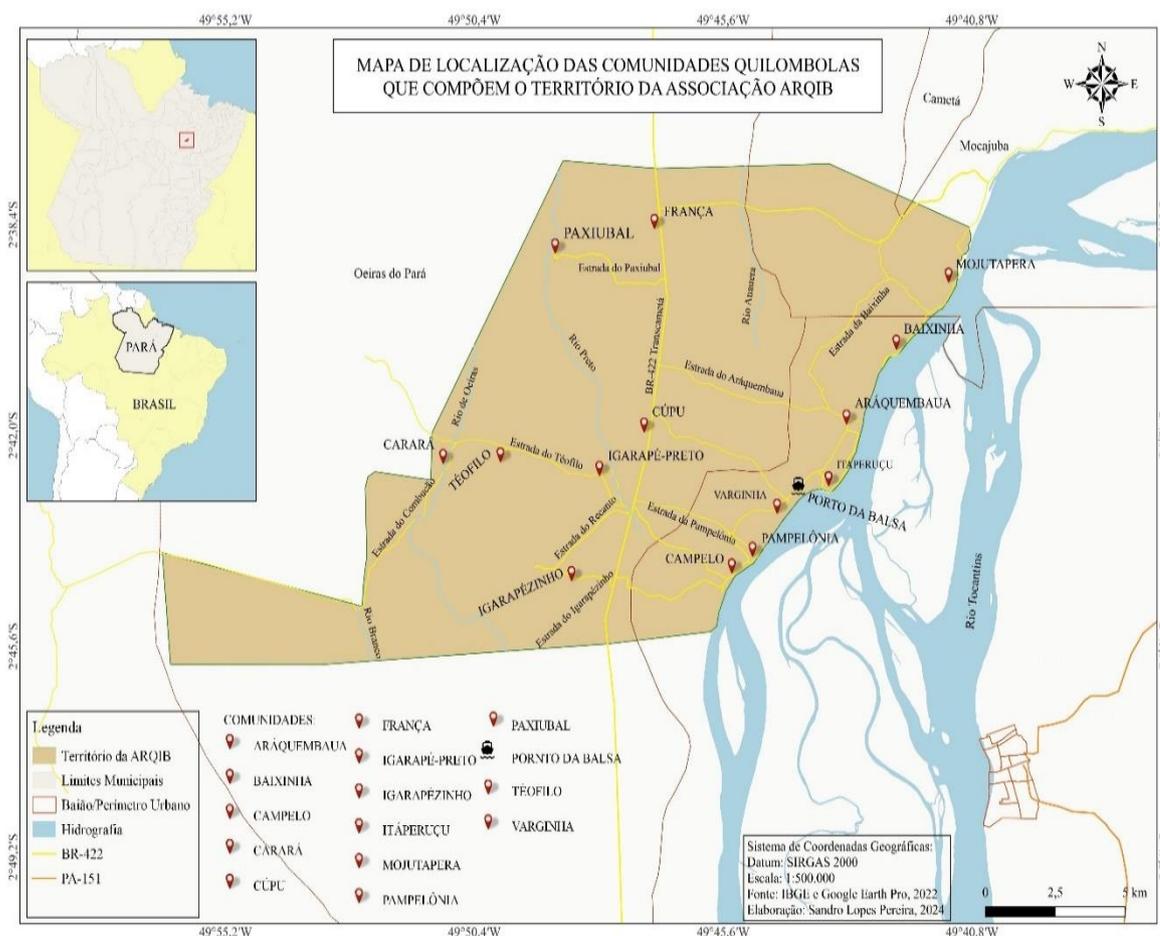
Nesse sentido, a titulação das terras quilombolas representa uma conquista no longo capítulo de disputas territoriais e agrárias na Amazônia. “Demarcar as terras de quilombo

possibilitou para muitas comunidades amazônicas a garantia da posse da terra e essa posse colocava-se como necessidade imperativa para a reprodução do modo de vida do grupo” (Nahum, 2011, p. 80-91).

Localização da área de estudo

A área de estudo está no Baixo Tocantins, nordeste do Estado do Pará, mais especificamente abrangendo os Municípios de Oeiras do Pará, Baião, Mocajuba e uma pequena faixa do município de Cametá. O território é composto por 14 comunidades, sete delas (Carará, Teófilo, Igarapé-Preto, França, Cupu, Igarapézinho, Paxiubal), situam-se na margem da rodovia BR-422 (Transcametá), sentido a cidade de Cametá, e as outras sete (Campelo, Pampelônia, Varginha, Itaperuçú, Araújoembaua, Baixinha e Mojutapera), situam-se às margens do Rio Tocantins (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de Localização do Território Quilombola da ARQIB.



Fonte: IBGE e Google Earth Pro, 2022.

Organização: PEREIRA, S. L. (2024).

2. Problema da pesquisa

O problema de pesquisa que norteia este estudo surge da necessidade de compreender os impactos das transformações sociais, econômicas e ambientais nas formas de uso e ocupação do território quilombola da Associação Remanescente de Quilombo de Igarapé-Preto à Baixinha (ARQIB). Diante dessas mudanças, surge a indagação, como as políticas governamentais, as pressões econômicas e as dinâmicas sociais, após a Constituição de 1988, têm influenciado a maneira pela qual a comunidade quilombola utiliza e ocupa seu território ao longo do tempo? Essa questão se refere à investigação das relações complexas entre os processos de desenvolvimento regional, as políticas públicas, as demandas socioeconômicas e culturais, e suas implicações na dinâmica territorial das comunidades quilombolas, sobretudo o uso e a ocupação. Compreender essas dinâmicas é essencial para identificar os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas da ARQIB em sua luta pela preservação de sua identidade cultural, sua relação com o meio ambiente e sua autonomia territorial.

3. Justificativa da pesquisa

Como pesquisador quilombola, trago uma perspectiva única para este estudo, tendo vivenciado diretamente as transformações no território da ARQIB desde o meu nascimento. Minha ligação íntima com as comunidades e minha história familiar, representada pelo legado do meu avô, Leôncio Machado, Mestre do Samba de Cacete de Igarapé-Preto, proporcionam uma visão mais territorializada das mudanças ocorridas ao longo do tempo. Como neto de um protagonista importante na história da associação, testemunhei não apenas os momentos de progresso, mas também os desafios enfrentados pelas comunidades. Entre esses desafios, destaca-se a crescente degradação da paisagem devido aos grandes projetos de desenvolvimento implementados na região, como, por exemplo, o programa Luz para Todos, de 2003, mas que só chegou na região em 2006. Essa experiência direta e pessoal me motiva a investigar e compreender mais profundamente as dinâmicas territoriais da ARQIB.

Este estudo se justifica pela necessidade premente de promover políticas mais inclusivas, sustentáveis e socialmente justas para as comunidades quilombolas. Através da análise das transformações territoriais e de quais foram os impactos das políticas governamentais, visamos fornecer subsídios para a formulação de medidas que garantam a preservação dos direitos, da identidade cultural e do modo de vida dessas comunidades. Por fim, este estudo ajuda a entender melhor as mudanças recentes nas comunidades quilombolas e mostra como elas estão lutando para se manter independentes e preservar suas tradições culturais.

4. Objetivos

O presente estudo tem por objetivo geral analisar as transformações no uso e ocupação do território da ARQIB ao longo de um período de quase quatro décadas, de 1985 a 2024. Buscando compreender como essas comunidades quilombolas usam e se apropriam do espaço.

Como objetivos específicos, tem o seguinte:

- a) Por meio dessa análise histórica, busca-se compreender as transformações e as dinâmicas que moldaram a relação entre a comunidade quilombola e seu território, destacando tanto as práticas tradicionais de subsistência quanto os desafios contemporâneos enfrentados pelas mesmas.
- b) Identificar e caracterizar os efeitos das medidas governamentais de crescimento na região amazônica atingiram na maneira como as comunidades quilombolas utilizam o território. É evidente que tais medidas frequentemente resultaram em confrontos e interferências nos territórios de longa data, o que nos leva a perceber os obstáculos enfrentados para manter seu estilo de vida diante das necessidades de avanço econômico.

5. Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, adotamos uma abordagem metodológica integrativa que combina métodos quantitativos e qualitativos. Para isso, foram realizados trabalhos de campo, entrevistas semiestruturadas, observações, pesquisa bibliográfica, realizada em periódicos qualificados, dissertações de mestrado, assim como em livros, além do uso de dados geoespaciais. A seguir, detalhamos os procedimentos metodológicos que foram utilizados:

- **Análise Histórica:** Realizamos uma análise detalhada das transformações no uso e ocupação do território da ARQIB ao longo do período de 1985 a 2024. Registros históricos da associação e relatos orais, para reconstruir a evolução das práticas e relações das comunidades quilombolas com seu território ao longo do tempo.
- **Avaliação do Impacto das Políticas Públicas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia:** Tivemos em vista analisar como essas políticas influenciam a gestão e o uso do território por essas comunidades, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais. Por meio de análises documentais e entrevistas com membros das comunidades, identificamos as consequências das políticas

governamentais nas dinâmicas territoriais e no modo de vida das comunidades quilombolas.

- Utilizando análises geoespaciais, mapeamos as mudanças na paisagem ao longo do tempo, a partir dos dados fornecidos pelo mapeamento feito pelo projeto MapBiomias – coleção 8, o que nos permitiu compreender as transformações ocorridas nas áreas quilombolas do Território da ARQIB. Para processar esses dados em quilômetros quadrados (km²), usamos a ferramenta r.report nativa da biblioteca GRASS GIS. O GRASS GIS é um sistema de informações geográficas (SIG) de código aberto, que oferece uma variedade de ferramentas para análise espacial e processamento de dados raster.
- Entrevistas Semiestruturadas: Realizamos entrevistas semiestruturadas com membros mais velhos e líderes das comunidades locais para compreender suas percepções, experiências e desafios relacionados ao uso e ocupação do território. As entrevistas foram conduzidas de forma a promover a participação ativa dos entrevistados, permitindo a coleta de informações detalhadas sobre as práticas, a cultura, tradições e relações com o meio ambiente. Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Estrutura do trabalho:

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais, que abordam a dinâmica do uso e ocupação do território quilombola da ARQIB.

No Capítulo I, intitulado "Contexto do Uso e Ocupação Regional na Amazônia e a Conquista do Território: Um Panorama Histórico", são discutidas as políticas de ocupação da Amazônia desde a década de 1950, com foco nas transformações sociais, econômicas e ambientais que impactaram a região. A análise inclui o desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura, como a Rodovia Transamazônica, e os efeitos dessas intervenções sobre as comunidades locais.

O Capítulo II, "Processo de Ocupação pelas Comunidades Quilombolas na Região do Baixo Tocantins", trata da ocupação quilombola na região, explorando a origem dessas

comunidades e o impacto das políticas de desenvolvimento na preservação de seus territórios. O capítulo também destaca as lutas e conquistas em busca da titulação e reconhecimento dos seus direitos.

No Capítulo III, "As Terras de Preto e a Conquista do Território Quilombola da ARQIB: Origem, Ocupação e Cultura", é analisada a história de formação das terras quilombolas da ARQIB, com ênfase na preservação cultural e nas tradições mantidas pelas comunidades.

O Capítulo IV, "Território da ARQIB: Uma Visão de Seus Usos", apresenta uma análise detalhada dos usos contemporâneos do território quilombola, observando as práticas tradicionais de subsistência e as mudanças introduzidas por pressões externas e econômicas.

Finalmente, o Capítulo V, "As Transformações na Paisagem do Território da ARQIB: Um Estudo de 1985 a 2024", aborda as principais transformações no território ao longo das últimas décadas, destacando os impactos de projetos como a BR-422 e o programa Luz Para Todos, assim como as consequências para a sustentabilidade das comunidades locais.

6. CAPÍTULO I: CONTEXTO DE USO E OCUPAÇÃO REGIONAL NA AMAZÔNIA E A CONQUISTA DO TERRITÓRIO: UM PANORAMA HISTÓRICO.

A década de 1950 marca um momento crucial na história da Amazônia, quando as políticas de ocupação começaram a deixar uma marca permanente na região. Nesse período, o Brasil passava por transformações significativas, impulsionadas pelo desenvolvimento econômico e pelo avanço da industrialização. No contexto específico da Amazônia, essas mudanças se refletiram em políticas governamentais que visavam integrar a região ao restante do país e promover seu desenvolvimento (Silva, 2019).

Neste capítulo e no próximo, será realizada uma análise das políticas de ocupação adotadas na região amazônica desde a década de 1950. Serão destacadas as estratégias governamentais direcionadas ao crescimento econômico e à integração regional. Também será abordado o papel das comunidades quilombolas localizadas no Baixo Tocantins, ressaltando a sua luta contra as pressões decorrentes das ações de ocupação e exploração incentivadas por tais políticas.

Nesse cenário, essas estratégias de ocupação da Amazônia foram identificadas por uma diversidade de programas e iniciativas que tinham como propósito integrar a área ao restante do país e impulsionar seu progresso econômico. A criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, foi uma dessas iniciativas, oferecendo incentivos fiscais para atrair indústrias e comércio, com o objetivo de estimular o crescimento econômico e a integração da Amazônia ao Brasil.

Outro programa significativo foi o Programa de Integração Nacional (PIN), lançado em 1970, que incluiu a construção da Rodovia Transamazônica e outras infraestruturas. Este programa visava facilitar a migração e a colonização da região, promovendo a ocupação de áreas pouco povoadas. Ademais, o Projeto Grande Carajás, iniciado em 1980, focou na exploração mineral e no desenvolvimento econômico da Amazônia Oriental, com grandes investimentos em infraestrutura, como ferrovias e portos, para viabilizar a extração e exportação de recursos naturais.

Como apontado por Silva (2018), muitas dessas iniciativas resultaram em impactos ambientais negativos, como desmatamento, perda de biodiversidade e conflitos socioambientais. A autora destaca que a busca pelo desenvolvimento econômico muitas vezes entrou em conflito com a preservação ambiental e os direitos das comunidades tradicionais (Silva, 2018, p. 46).

Para Carvalho (2020), além das questões ambientais, as políticas de integração na Amazônia também levantaram preocupações sobre a soberania nacional e os direitos das

populações indígenas e tradicionais. De acordo com o autor, a implementação de grandes projetos de infraestrutura muitas vezes ignorou ou desconsiderou os conhecimentos e modos de vida dessas comunidades, resultando em marginalização e conflitos territoriais (Carvalho, 2020, p. 198). Diante dessa diversidade de programas e projetos, torna-se evidente a complexidade e abrangência das políticas de integração na Amazônia. Além disso, conforme ressaltado por Silva (2018), cada uma dessas iniciativas possui suas próprias características e impactos específicos, contribuindo de maneira única para a configuração socioeconômica e ambiental da região (Silva, 2018, p. 37). Neste contexto, as políticas postas a seguir retratam parcialmente o período histórico de integração da Amazônia e suas especificidades.

Na década de 1950, o Brasil adotou políticas intensivas de ocupação na Amazônia, com o intuito de impulsionar seu desenvolvimento econômico e territorial. Essas políticas refletiram uma perspectiva desenvolvimentista e nacionalista (Silva, 2019). Nesse período, foi implementado o Plano de Valorização Econômica de 1953, representando uma tentativa inicial de planejamento para a região amazônica. Este plano estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, incluindo infraestrutura, estímulo à agropecuária e exploração dos recursos naturais (Carvalho, 2020).

Renha (2019) discute o contexto histórico e ideológico que levou à criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) na década de 1950. Segundo ele, esta instituição foi estabelecida visando coordenar e implementar políticas de desenvolvimento para a região, em resposta à perspectiva desenvolvimentista adotada pelo governo brasileiro na época (Renha, 2019). “Essa iniciativa refletia a preocupação do governo em expandir as fronteiras econômicas do Brasil, explorando e valorizando os recursos naturais da região para impulsionar o desenvolvimento regional e reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as regiões” (Renha, 2019, p. 86).

Dentre as políticas implementadas durante o governo de Vargas, como a criação da Amazônia Legal em 1953, destaca-se o compromisso do Estado em aplicar políticas de desenvolvimento regional nos estados da região norte do país (Benchimol, 1999). Essas iniciativas foram fundamentais para estabelecer diretrizes e estratégias que moldaram o desenvolvimento da Amazônia ao longo das décadas seguintes. Como por exemplo:

Durante esse período, a Amazônia era considerada um desafio a ser enfrentado, conforme explicado por Renha (2019):

A região Amazônica era compreendida pelo governo federal como um grande problema a ser resolvido. Deficitária e dependendo cada vez mais das ações do governo central, era encarada como um risco para a soberania brasileira e à segurança do Estado. Assim, o desenvolvimento econômico do

Norte e sua efetiva integração com o restante do país tornaram-se essenciais para fazer com que a Amazônia pudesse ter suas potencialidades desenvolvidas. Era necessário fazer com que a Amazônia alcançasse uma posição relevante, ainda que periférica, na nova dinâmica industrial brasileira (Renha, 2019, p. 87).

A percepção da Amazônia como um risco para a soberania brasileira refletia a importância estratégica atribuída a essa vasta região, tanto em termos econômicos quanto geopolíticos. O potencial econômico da Amazônia precisava ser desenvolvido para evitar que a região se tornasse uma fonte de instabilidade e vulnerabilidade para o país.

Neste contexto, segundo Carvalho (2020), as políticas governamentais neste tempo buscavam não apenas explorar os recursos naturais da região, mas também promover seu desenvolvimento econômico e sua integração com o restante do território nacional (Carvalho, 2020, p. 87). “O objetivo era transformar a região amazônica em uma área de potencial crescimento e contribuição para a economia nacional, mitigando assim os riscos associados à sua suposta fragilidade econômica e política” (Silva, 2018, p. 112).

Nesta perspectiva de integração, Cardoso e Müller (2008) ressaltam que:

Durante esse período, foram estabelecidos dois planos de desenvolvimento para a Amazônia: o primeiro, em 1953, e o último, em 1966. Os autores argumentam que, enquanto o plano de 1953 buscava uma parceria entre o capital estatal e privado, sem considerar o capital estrangeiro, o plano de 1966 indicava uma clara preferência pelo capital privado (Cardoso e Muller, 2008, p. 88).

Nesse cenário, o estado direcionava seus esforços principalmente para investimentos em infraestrutura, pesquisa e planejamento, que requeriam um volume significativamente maior de capital e ofereciam retornos a longo prazo (Cardoso e Muller, 2008). Essa análise histórica nos leva a uma reflexão sobre as transformações na abordagem estatal em relação ao desenvolvimento regional. A análise comparativa entre o primeiro Plano, concebido em 1953, e o último, de 1966, revela mudanças significativas em suas abordagens e objetivos. Enquanto o primeiro estabelecia metas desafiadoras, porém factíveis a longo prazo, o segundo adotava uma visão mais pragmática e imediatista do desenvolvimento regional. Essa transição de estratégia sugere uma adaptação às demandas e pressões econômicas e políticas da época. No segundo Plano, observa-se uma preferência clara pelo capital privado, seja nacional ou estrangeiro, como uma maneira de atrair investimentos externos e impulsionar o crescimento econômico. Essa mudança de foco reflete a necessidade percebida de acelerar o desenvolvimento regional e alcançar resultados mais palpáveis em um curto período de tempo, em resposta aos desafios econômicos e políticos enfrentados naquele contexto histórico.

Para entender melhor a orientação das políticas de desenvolvimento na Amazônia e seus possíveis impactos, é necessário considerar diferentes perspectivas. Enquanto alguns defendem a busca por investimentos externos como uma forma de impulsionar o desenvolvimento econômico da região, outros levantam preocupações sobre a dependência em relação ao capital estrangeiro e os potenciais prejuízos para a soberania nacional e o desenvolvimento sustentável.

Estudos como os de Silva (2018) e Carvalho (2020) abordam essas questões, destacando os desafios enfrentados pelas políticas de desenvolvimento na Amazônia e os dilemas associados à busca por investimentos externos. Por exemplo, Silva (2018) discute os impactos das políticas de desenvolvimento na região, abordando como essas políticas influenciam não apenas o crescimento econômico, mas também as dinâmicas sociais e ambientais locais. Segundo a autora, as estratégias de desenvolvimento podem trazer benefícios, como a criação de empregos e o aumento da infraestrutura, mas também podem gerar desafios significativos. Entre esses desafios estão a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e o deslocamento de comunidades locais. A autora destaca a complexidade de implementar políticas de desenvolvimento que promovam o progresso econômico enquanto minimizam os impactos negativos sobre o meio ambiente e garantem a inclusão e o bem-estar das populações afetadas. Enquanto Carvalho (2020) discute os dilemas envolvidos na atração de investimentos estrangeiros, destacando a necessidade de equilibrar desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, manter a soberania nacional frente à dependência de capital externo, e assegurar que os benefícios desses investimentos sejam distribuídos de forma equitativa, evitando o agravamento das desigualdades sociais. Por fim, o autor ressalta a necessidade de garantir que os benefícios desses investimentos sejam distribuídos de forma justa, evitando que as desigualdades sociais sejam exacerbadas e assegurando que as comunidades locais também se beneficiem do desenvolvimento econômico.

Além disso, Lima, Amado e Mollo (2016) oferecem uma análise aprofundada sobre a transição paradigmática no segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia, destacando o contexto histórico e as teorias econômicas predominantes na época. Autores como Marx e Keynes são citados como referências importantes para compreender as implicações dessa mudança, especialmente no que diz respeito às tensões entre o capitalismo e a intervenção estatal na economia (Lima, Amado e Mollo, 2016).

Entender os debates ideológicos e econômicos subjacentes é essencial para compreender as motivações por trás da preferência pelo capital privado no segundo plano de desenvolvimento, e como essas influências moldaram as políticas da época. Nesse sentido, o

segundo Plano adotou uma abordagem mais racional na exploração dos recursos regionais, com o objetivo de garantir a autossustentabilidade das comunidades locais e dos futuros habitantes da região. Conforme observado por Oliveira e Câmara (2006, p. 78), o plano desestimulou as atividades extrativas, incentivando sua substituição por atividades econômicas mais lucrativas, como a agricultura, a pecuária e a piscicultura, visando aumentar a produtividade econômica da região. No entanto, os autores também alertam para os potenciais impactos negativos dessa transição, como a degradação do solo, o desmatamento e a exclusão das comunidades tradicionais que dependem das atividades extrativas para sobreviver.

Para minimizar esses impactos, Oliveira e Câmara sugerem a identificação de áreas com maior potencial de desenvolvimento, onde os recursos seriam concentrados para criar polos regionais de crescimento. Dessa forma, o segundo Plano buscava promover um equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região (Oliveira e Câmara, 2006, p. 78).

Essa mudança de paradigma também pode ser observada em iniciativas históricas como a criação da Amazônia Legal em 1953, ainda no governo de Getúlio Vargas, por meio da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Essa iniciativa visava aplicar políticas de desenvolvimento regional nos estados da região norte do Brasil, agregando porções de matas de transição localizadas em regiões adjacentes (Silva, 2019, p. 102).

Segundo Silva (2019) ao estabelecer a Amazônia Legal, o governo buscava aplicar políticas específicas de desenvolvimento regional nos estados da região norte do Brasil, com o objetivo de atrair investimentos, promover o crescimento econômico e incentivar a ocupação territorial de áreas consideradas estratégicas para o país. A criação da Amazônia Legal também foi motivada pela necessidade de exercer maior controle e incentivar a ocupação territorial em uma das áreas mais ricas em recursos naturais do Brasil, visando tanto a soberania nacional quanto a integração econômica e social da região amazônica com o restante do país.

A área de abrangência da Amazônia Legal é de aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados, correspondendo a 61% do território brasileiro. Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região administrativa engloba nove estados e 772 municípios distribuídos da seguinte forma: Acre (22 municípios), Amapá (16), Amazonas (62), Mato Grosso (141), Pará (144), Rondônia (52), Roraima (15), Tocantins (139) e parte do Maranhão (181), onde 66% do ecossistema amazônico se estende pelos estados da região norte do Brasil (IBGE, 2022). Isso corresponde a aproximadamente 5.217.423 km²,

onde vivem aproximadamente 29,5 milhões de habitantes em 2022, deste total cerca de 86,35% em áreas urbanas (IBGE, 2022).

Essa observação é importante, pois sugere que a região amazônica e a região norte são frequentemente tratadas como uma só. No entanto, essa abordagem unificada pode obscurecer as diferenças significativas entre as áreas dentro da Amazônia Legal, uma vez que as necessidades e desafios podem variar consideravelmente de uma região para outra. “Por exemplo, enquanto algumas áreas podem enfrentar desafios relacionados à infraestrutura e acesso a serviços básicos, outras podem estar mais preocupadas com questões ambientais e de conservação” (Oliveira e Câmara, 2006, p. 74)

6.1 Políticas de ocupação da Amazônia a partir dos anos de 1950.

É fundamental ressaltar ainda que, no período de 1956 a 1961, durante o governo de Juscelino Kubitschek, ocorreu um marco significativo para o desenvolvimento regional do Brasil, foi a construção da rodovia Belém-Brasília. A inauguração dessa via em 1960 não apenas estabeleceu uma ligação entre a região norte e o restante do país, mas também representou uma importante estratégia de integração territorial. A rodovia Belém-Brasília facilitou o acesso à Amazônia, promovendo a ocupação e o desenvolvimento econômico da região. No entanto, também desencadeou mudanças significativas no ambiente natural e nas dinâmicas sociais locais. A expansão da fronteira agrícola e a intensificação das atividades econômicas na Amazônia resultaram em pressões crescentes sobre os recursos naturais, incluindo o desmatamento, a poluição dos rios e a perda de biodiversidade.

No Baixo Tocantins, a construção da rodovia Belém-Brasília teve impactos profundos, facilitando o acesso à região e integrando-a ao eixo econômico do país. No entanto, essas mudanças aceleraram o processo de ocupação desordenada e a exploração intensiva dos recursos naturais. A expansão da fronteira agrícola e o aumento de grandes projetos de infraestrutura, como usinas hidrelétricas e mineração, contribuíram para a modificação do modo de vida das comunidades ribeirinhas e quilombolas, que passaram a enfrentar pressões crescentes. Essas comunidades, antes dependentes da pesca, agricultura de subsistência e da relação harmoniosa com o meio ambiente, viram-se afetadas pela degradação ambiental e pela perda de terras. O desmatamento, a poluição dos rios e o deslocamento forçado de populações alteraram as dinâmicas sociais e econômicas, provocando conflitos fundiários e prejudicando a subsistência das populações locais. Assim, o Baixo Tocantins experimentou um desequilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, gerando consequências duradouras para a região.

A proximidade da Amazônia com o centro econômico em ascensão do país foi vista como uma oportunidade para estimular o comércio, a migração e o desenvolvimento industrial na região (Silva, 2018).

Assim, a partir da segunda metade dos anos 1950, as políticas de desenvolvimento nacional desencadearam transformações significativas na Amazônia, abrangendo mudanças econômicas, sociais e ambientais. Essas mudanças foram impulsionadas pela abordagem desenvolvimentista adotada pelo governo, inspirada nos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Segundo Silva (2020), as recomendações da CEPAL visavam promover o desenvolvimento regional em países com industrialização tardia, como o Brasil, por meio de uma intervenção planejada do Estado na economia. Nesse contexto, foram implementadas estratégias destinadas a conectar as regiões menos desenvolvidas às áreas mais dinâmicas do capitalismo, por meio da criação de polos de desenvolvimento e de incentivos fiscais projetados para impulsionar a industrialização (Silva, 2020, p. 219).

Na década de 1960, o Brasil reformulou agências e criou novos programas na Amazônia. Isso incluiu a transformação da SPVEA em SUDAM, do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia, e a criação da SUFRAMA. Essas iniciativas refletiram mais uma vez o compromisso do governo em promover o desenvolvimento econômico da Amazônia por meio de diversas estratégias e instituições.

Conforme explicado por Benchimol (1999):

Nos anos de 1960, o processo de institucionalização de agências e programas brasileiros na Amazônia continuou avançando. Houve ajustes nas políticas da década anterior e a criação de novos órgãos e projetos em nível federal e estadual. Isso incluiu a transformação da antiga SPVEA na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a transição do Banco de Crédito da Amazônia para o Banco da Amazônia, e a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) (Benchimol, 1999, p. 434).

Ainda segundo Benchimol (1999), nesse período também ocorreu um marco importante, com a mudança da capital federal para Brasília em 1959, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Isso desencadeou o lançamento e início dos grandes projetos dos eixos rodoviários para integrar a Amazônia com o restante do país. Como resultado dessa nova abordagem política, o governo federal mudou o foco das interligações regionais para incluir a conexão com a nova capital, dando origem ao eixo rodoviário Belém-Brasília (BR-010) (Benchimol, 1999, p. 434).

A partir da segunda metade da década de 1960, as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo Estado tornaram-se mais diversificadas, especialmente durante o regime de

ditadura militar. Sob a liderança do governo Castelo Branco (1964-1967), foi implementada a “Operação Amazônia”, que marcou o início de uma série de iniciativas voltadas para a integração produtiva regional.

De acordo com Motta (2008):

A “Operação Amazônia” foi uma iniciativa governamental implementada durante o governo do presidente Castelo Branco, entre os anos de 1966 e 1967. Ela marcou um período de intensa intervenção estatal na região amazônica, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e a integração produtiva. A operação foi concebida em um contexto político e econômico marcado pela ditadura militar no Brasil e pelo interesse crescente na exploração econômica da Amazônia (Motta, 2008, p. 72).

Em 1966, um momento significativo para o desenvolvimento regional foi marcado pela substituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio da Lei 5.173. Essa mudança foi uma das principais ações da “Operação Amazônia”. A SUDAM tinha como missão fomentar o desenvolvimento econômico e social da região, coordenando investimentos e projetos de infraestrutura, agrícolas e industriais. Essa iniciativa refletiu uma perspectiva de integração da Amazônia ao restante do país, como parte do Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106/1970 durante o governo Médici (1969-1974).

Conforme mencionado por Renha (2019, p. 88). “O PIN tinha como objetivo geral promover a ocupação e o desenvolvimento das áreas consideradas estratégicas para a segurança nacional, incluindo a região amazônica”. Para Menezes (2010), o PIN visava não apenas promover o desenvolvimento econômico da Amazônia, mas também integrar essa vasta região ao restante do país (Menezes, 2010, p. 45). “Essa mudança institucional refletiu uma reorientação nas estratégias governamentais para a região, buscando uma abordagem mais abrangente e eficaz no desenvolvimento econômico e social da Amazônia. Nesse mesmo período, foi criado o Banco da Amazônia (BASA - Lei nº 5.122/1966) e a Zona Franca de Manaus (Dec.-Lei nº 288/1967)” (Silva, 2020, p. 220). Ainda segundo a autora, essas medidas refletiam uma nova abordagem governamental que passou a enxergar a Amazônia como uma fronteira econômica a ser explorada.

Segundo Souza (2008):

Para alcançar tal objetivo, o PIN lançou uma série de políticas e programas destinados a incentivar a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia, incluindo a criação de infraestrutura, investimentos em projetos agropecuários e industriais, bem como incentivos fiscais para atrair investidores (Souza, 2008, p. 72).

No contexto histórico, a região amazônica assumiu uma importância estratégica para impulsionar o crescimento econômico do país, especialmente diante das pressões pela ocupação territorial e do cenário geopolítico da Guerra Fria (Almeida, 2012, p. 56). Entretanto, as políticas implementadas pelo Programa de Integração Nacional (PIN) também enfrentaram críticas significativas. Segundo Silva (2018), muitos argumentavam que tais políticas favoreciam principalmente grandes empreendimentos e interesses econômicos, em detrimento das comunidades locais e do meio ambiente (Silva, 2019, p. 123).

Oliveira (2018) destaca que a rápida expansão econômica na região amazônica resultou em impactos ambientais severos, como o desmatamento e a degradação dos recursos naturais, levantando preocupações sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado (Oliveira, 2018, p. 67). “Essas políticas também desencadearam impactos sociais expressivos, como a migração descontrolada e a eclosão de conflitos fundiários” (Castro, 2017, p. 45 e Santos, 2015, p. 78).

Durante os anos 70, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento estabeleceu como meta prioritária a integração física, social e econômica da Amazônia com o Nordeste brasileiro. Nesse conjunto de circunstâncias, um dos projetos mais emblemáticos foi a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230). Projetada para conectar a Amazônia ao restante do país, especialmente ao Nordeste, a Transamazônica facilitou o acesso a áreas remotas e pouco habitadas, estimulando a colonização e o desenvolvimento regional. Essa monumental obra representou um marco significativo no processo de integração e ocupação da região amazônica.

De acordo com Schwarz (2015), a Rodovia Transamazônica foi uma iniciativa estratégica do governo durante o regime militar, com o objetivo explícito de promover a integração territorial e o desenvolvimento econômico da Amazônia. Ao abrir caminho por vastas extensões de selva tropical, essa rodovia não apenas facilitou o transporte de pessoas e mercadorias, mas também serviu como uma ferramenta para promover a ocupação humana da região, muitas vezes em áreas anteriormente inexploradas.

Devemos lembrar que, embora esse projeto tenha sido um marco no desenvolvimento regional, também trouxe consigo diversas controvérsias e desafios. Por um lado, houve avanços significativos na promoção do crescimento econômico e social da Amazônia, com a implementação de medidas para atrair investimentos e desenvolver a infraestrutura na região. No entanto, por outro lado, surgiram preocupações relacionadas à preservação ambiental, aos direitos das populações locais e à sustentabilidade dos recursos naturais.

Segundo Ramos (2014):

Além de se tratar de uma obra de custo elevado e sem função efetiva – já que o transporte fluvial seria o mais adequado do ponto de vista econômico e ambiental em uma região rica em recursos hídricos –, a sua construção deu início, ainda, ao desmatamento sistemático da floresta, não só como consequência do povoamento da região, como também pela exploração de madeira, o avanço da agropecuária de larga escala e da agricultura de subsistência itinerante, formando-se o chamado “arco do desmatamento”. (Ramos, 2014, p. 352).

No cenário de ocupação e migração para a região amazônica. Ramos (2014) destaca que a campanha de migração promovida pelo governo federal, em paralelo à construção da Rodovia Transamazônica, foi uma tentativa de ocupar economicamente a região e incentivar a colonização. Cerca de 6.000 famílias foram transferidas para os assentamentos agrários, conhecidos como agrovilas, que surgiram ao longo da rodovia, principalmente no Estado do Pará (Ramos, 2014, p. 351).

Essa iniciativa visava não apenas expandir a ocupação humana na Amazônia, mas também promover o desenvolvimento agrícola e pecuário da região. As agrovilas representavam uma estratégia para estabelecer comunidades autossuficientes, onde os colonos poderiam cultivar a terra e criar gado, contribuindo para a produção de alimentos e o crescimento econômico local. No entanto, a eficácia dessa política de colonização foi limitada por uma série de desafios, incluindo a falta de infraestrutura básica nas agrovilas, como acesso à água potável, energia elétrica e serviços de saúde. Além disso, muitos dos colonos enfrentaram dificuldades para se adaptar ao ambiente da Amazônia, com seu clima tropical e condições geográficas adversas.

Quando se trata dos impactos ambientais decorrentes dessas estratégias políticas da época, Becker (2001) aponta que, essas políticas de ocupação da Amazônia resultaram em consequências ambientais significativas, incluindo perdas de biodiversidade e desmatamento em larga escala, principalmente devido à abertura de estradas e à exploração intensiva da floresta. Ainda neste contexto, de acordo com o estudo realizado pela BBC (2009), estima-se que, na década de 1970, as derrubadas na Amazônia tenham atingido 14 milhões de hectares (BBC News Brasil, 2009). Esses números destacam a magnitude dos impactos ambientais causados pela ocupação da região, evidenciando a complexidade e as contradições envolvidas no processo de desenvolvimento econômico. A abertura de estradas e a exploração intensiva da floresta para atividades agropecuárias contribuíram significativamente para o desmatamento em larga escala (dito anteriormente), resultando em perdas irreparáveis de biodiversidade e em sérias ameaças ao equilíbrio ecológico da Amazônia.

Além dos problemas ambientais, de acordo com Almeida (2017), a exploração desenfreada dos recursos naturais da Amazônia, muitas vezes sem uma gestão adequada, intensificou os conflitos fundiários e marginalizou comunidades indígenas e quilombolas. Diante desses desafios, surgiram movimentos sociais e organizações da sociedade civil que defendiam políticas mais sustentáveis e a proteção dos direitos das comunidades locais. Ainda segundo o autor, esses grupos pressionaram por uma maior participação social na formulação e implementação de políticas públicas, visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico de forma mais justa e equitativa (Almeida, 2017).

A partir da década de 1980, o Brasil começou a adotar uma postura mais voltada para a preservação ambiental na Amazônia, refletida na criação do Programa Nacional de Desenvolvimento da Amazônia (PNDA). Esse programa tinha como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da região, equilibrando as atividades econômicas com a preservação do meio ambiente. No entanto, a efetiva implementação dessas políticas enfrentou desafios significativos, especialmente devido à falta de planejamento e controle adequados.

Conforme observado por Araújo *et al* (2016), o PNDA representou um marco importante na história da ocupação da Amazônia, ao reconhecer a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental. Porém, a implementação dessas políticas foi prejudicada por uma série de fatores, incluindo a falta de recursos financeiros, a pressão por parte de setores interessados na exploração dos recursos naturais e a ausência de uma coordenação eficaz entre os diferentes órgãos governamentais.

Embora o PNDA tenha estabelecido diretrizes para o desenvolvimento sustentável, a falta de mecanismos eficazes de monitoramento e fiscalização permitiu que atividades ilegais, como o desmatamento e a mineração ilegal, continuassem a ocorrer sem restrições significativas. De acordo com Farias (2018), interesses econômicos muitas vezes prevaleceram sobre considerações ambientais e sociais, resultando em políticas que favoreciam a exploração intensiva dos recursos naturais em detrimento da preservação ambiental e dos direitos das comunidades locais. No estado do Pará, destacam-se dois projetos de desenvolvimento regional que tiveram impactos significativos na paisagem e na vida das comunidades locais: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e o complexo mineral Albrás-Alunorte, ambos localizados na região do Baixo Tocantins.

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984, representou um marco no desenvolvimento energético do país. Com capacidade instalada de mais de 8 mil megawatts, a usina tinha como objetivo principal fornecer energia elétrica para a região Norte,

impulsionando o desenvolvimento industrial e econômico da área. Segundo Santos (2002), a implantação de grandes projetos hidrelétricos como Tucuruí tem sido uma estratégia recorrente do Estado brasileiro para promover o desenvolvimento regional e nacional. No entanto, Santos ressalta que esses empreendimentos frequentemente geram impactos socioambientais significativos, especialmente para as populações tradicionais afetadas.

Por outro lado, o complexo mineral Albrás-Alunorte é composto por uma planta de produção de alumínio primário e uma refinaria de alumina, que juntas representam uma das maiores operações industriais do mundo. De acordo com Souza (2010), a atividade mineradora na região amazônica tem sido objeto de controvérsia devido aos impactos ambientais e sociais associados à exploração de recursos naturais. Souza destaca a importância de uma abordagem mais sustentável e participativa na gestão desses empreendimentos para garantir o bem-estar das comunidades locais e a preservação ambiental.

É importante destacar que ambos os projetos têm sido alvo de debates e contestações por parte de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, que levantam preocupações sobre os impactos socioambientais e a falta de participação das comunidades afetadas no processo decisório. Esses casos evidenciam a complexidade das dinâmicas de desenvolvimento regional e a necessidade de uma abordagem mais sustentável e inclusiva na implementação de grandes projetos de infraestrutura, conforme apontado por Leff (2001) em seus estudos sobre desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. Desta forma, o Baixo Tocantins foi profundamente alterado pela implantação destes grandes projetos que modificaram profundamente o uso do território na região. “Esta nova realidade passou a alterar o uso ribeirinho do território que tinha no rio Tocantins o seu principal vetor de comunicação e transporte” (Barros, 2015).

Nos anos 2000, a Amazônia continuou a ser alvo de políticas e projetos de ocupação e desenvolvimento, buscando promover o crescimento econômico e a integração regional. Dentre os principais projetos, destaca-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O mesmo foi uma iniciativa lançada pelo governo brasileiro em 2007, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do país por meio de investimentos em infraestrutura. O PAC visava impulsionar o crescimento econômico, reduzir as desigualdades regionais e melhorar a qualidade de vida da população.

Uma das áreas prioritárias do PAC foi a Amazônia, para onde foram direcionados investimentos para projetos de infraestrutura, como estradas, portos, hidrelétricas e saneamento básico. Esses investimentos visavam integrar a região amazônica ao restante do país e estimular o desenvolvimento socioeconômico local.

Conforme explicado por Lima (2013), um dos projetos emblemáticos do PAC foi a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no estado do Pará. Esta hidrelétrica, uma das maiores do mundo, foi projetada para gerar energia elétrica e promover o desenvolvimento industrial na região. No entanto, o PAC também foi alvo de críticas devido a questões ambientais, especialmente em relação à construção de grandes obras de infraestrutura na Amazônia. Muitos especialistas argumentaram que esses projetos poderiam causar danos irreversíveis ao meio ambiente, como desmatamento, perda de biodiversidade e impactos socioambientais negativos.

É importante considerar essas questões ambientais ao avaliar os impactos do PAC na Amazônia, garantindo que o desenvolvimento econômico seja realizado de forma sustentável e responsável. Conforme argumentado por Silva (2020), “Os projetos do PAC na Amazônia devem ser implementados de forma a minimizar os impactos ambientais e garantir a preservação dos recursos naturais” (Silva, 2020, p. 221).

Por fim, o “Terra Legal”, programa implementado pelo governo brasileiro em 2009, teve como objetivo principal regularizar a posse da terra na região amazônica, fornecendo segurança jurídica aos ocupantes, especialmente agricultores familiares e pequenos produtores. De acordo com Oliveira (2015), o programa visava resolver problemas históricos de ocupação irregular de terras na Amazônia, oferecendo mecanismos legais para regularizar a situação fundiária dessas áreas. Além disso, segundo Silva (2018), o Terra Legal buscava combater o desmatamento ilegal e promover a conservação ambiental, incentivando práticas sustentáveis de uso da terra. Entretanto, o programa também enfrentou críticas, especialmente em relação à eficácia da regularização fundiária e à proteção ambiental (Souza, 2016).

Atualmente, as políticas e projetos de ocupação da Amazônia continuam a ser uma área de interesse e debate, com diversos programas em andamento e propostas em discussão. Entre os principais projetos voltados para o desenvolvimento econômico da região, destacam-se iniciativas relacionadas à infraestrutura, agropecuária, mineração e conservação ambiental.

Um exemplo recente é o Programa de Investimento em Logística (PIL), lançado pelo governo federal em 2012, que inclui projetos de concessão de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos na Amazônia. Esses investimentos visam melhorar a integração logística da região e reduzir os custos de transporte, estimulando o comércio e a atividade econômica na Amazônia (Albuquerque, 2019). Além disso, o agronegócio continua a desempenhar um papel significativo na ocupação da Amazônia, com a expansão da fronteira agrícola e o aumento da produção de *commodities* como soja, carne e biocombustíveis. Isso tem gerado debates sobre

os impactos da agropecuária na degradação ambiental, no desmatamento e nos conflitos fundiários na região (Pena, 2024).

No setor mineral, a exploração de recursos como ouro, minério de ferro e bauxita também é uma atividade em crescimento na Amazônia, com projetos de mineração em diferentes estágios de desenvolvimento. Essa atividade levanta preocupações sobre os impactos ambientais, sociais e de saúde pública, bem como sobre a governança e a gestão dos recursos minerais na região (Ferreira, 2018).

No dossiê “Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas”, Edna Castro (2012) realiza uma análise crítica dos processos de dominação e de seus impactos nas estruturas locais, decorrentes das políticas desenvolvimentistas. A autora argumenta que, a concepção das políticas governamentais e suas estratégias subestimaram de forma contínua, na região amazônica, a ordem e a organização social já existentes nos territórios ocupados por grupos tradicionais, compostos por diversas formações sociais e étnicas (Edna Castro, 2012).

Nos últimos anos, o governo brasileiro tem adotado uma abordagem mais voltada para a proteção da Amazônia, com a criação de áreas de conservação e o fortalecimento de órgãos de fiscalização ambiental, como o IBAMA e o ICMBio. Essas medidas visam mitigar os impactos negativos das atividades humanas na região e promover a preservação dos ecossistemas amazônicos, essenciais para a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio climático global. Ainda assim, apesar dos esforços em prol da conservação, a Amazônia continua enfrentando desafios significativos. A pressão por parte de setores interessados na exploração dos recursos naturais da região persiste, alimentando conflitos e retrocessos na política ambiental. O avanço do desmatamento, as queimadas e o enfraquecimento das leis de proteção ambiental representam ameaças constantes à integridade da maior floresta tropical do mundo.

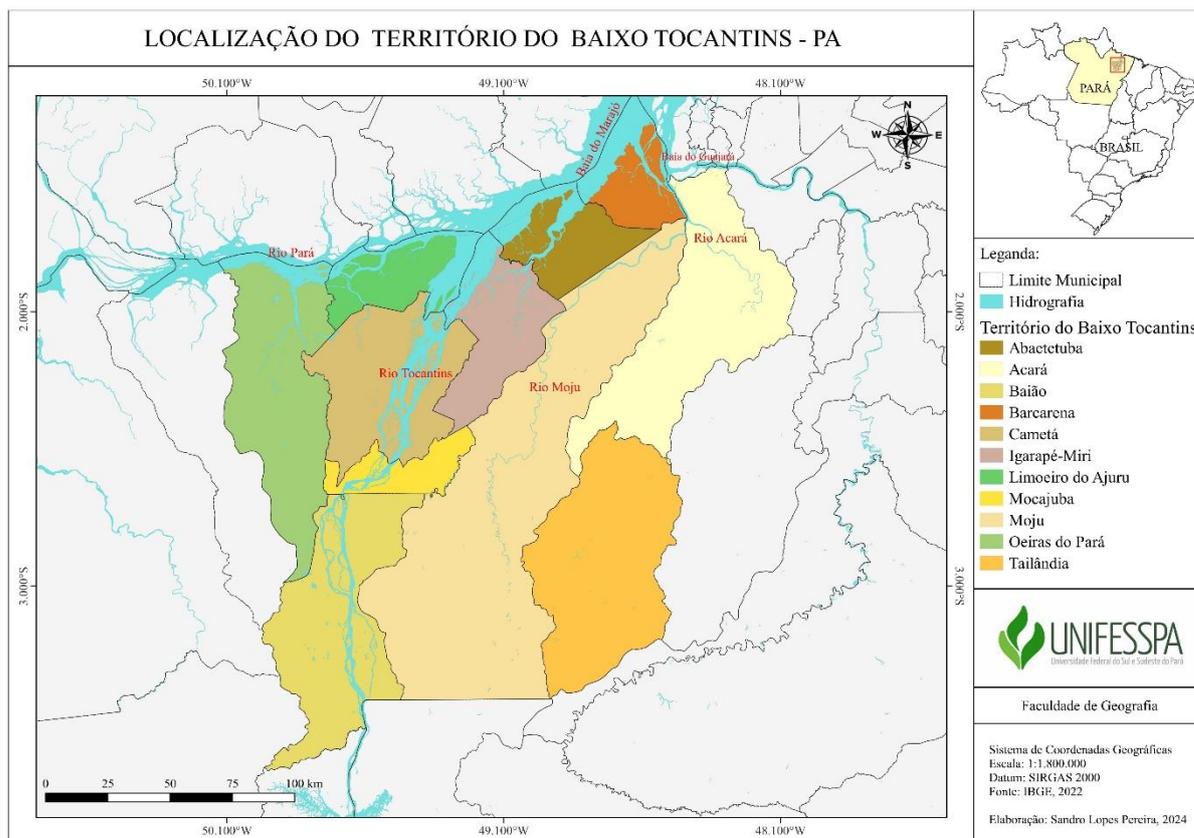
A partir das análises dessas abordagens, podemos concluir que a ocupação da Amazônia ao longo do tempo reflete um processo complexo e multifacetado, marcado por avanços e retrocessos. Os projetos implementados, tanto durante governos autoritários quanto democráticos, deixaram questões não resolvidas e desafios significativos para as comunidades locais e o meio ambiente. A dependência intensiva de recursos naturais, como os vastos recursos hídricos da região, trouxe consigo dilemas difíceis de superar, afetando não apenas a economia, mas também a vida cotidiana e o equilíbrio ambiental da Amazônia.

7. CAPITULO II: PROCESSO DE OCUPAÇÃO PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS.

Antes de tudo, é importante ressaltar a origem da expressão “Baixo Tocantins”. De acordo com Araújo e Teisserenc (2016), o termo “Baixo Tocantins” foi criado nas décadas de 1970 e 1980, sendo utilizado pelo movimento sindical rural e outros coletivos. Esse nome englobava cidades como Abaetetuba, Baião, Bagre, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Mocajuba, Moju e Limoeiro do Ajuru, que possuem características políticas, sociais e econômicas semelhantes. Mais tarde, a região passou a ser chamada de “Região do Baixo Tocantins” ou “Região Tocantina”, incluindo também a cidade de Barcarena e Acará, e fazendo parte da Mesorregião Nordeste do Pará. Hoje, o Baixo Tocantins é formado por 11 municípios, trata-se de uma região que guarda uma forte presença ribeirinha, uma vez que o rio Tocantins tem uma grande importância como meio de integração regional. Após o barramento do rio Tocantins para a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí no final da década de 1970 e início da década de 1980, intensifica-se a abertura de rodovias na região.

Atualmente, o território do Baixo Tocantins é um território híbrido com forte influência do meio natural (rio Tocantins) quanto do meio artificial (rodovias de integração). Toda realidade começa a mudar com a implantação de grandes projetos de energia e de mineração em meados da década de 1980, que passaram a imprimir novos usos ao território na região. A implantação destes projetos promoveu uma alteração radical na dinâmica da vida das populações que viviam fundamentalmente de atividades tradicionais, como a pequena agricultura e a pesca, onde o rio Tocantins constitui-se como importante vetor de conexão com o meio externo. Atualmente, o município de Bagre não integra mais a região do Baixo Tocantins, como mostra o mapa a seguir (Figura 2).

Figura 2 - Mapa de Localização do Território do Baixo Tocantins – PA.



Fonte: IBGE, 2022.

Organização: PEREIRA, S. L. (2024).

“No ano de 2005, surgiu o Território Rural do Baixo Tocantins, envolvendo nove cidades e fazendo parte do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário” (Araújo e Teisserenc, 2016, p. 9).

Conforme Almeida (2010), o Baixo Tocantins encontra-se em uma área de transição, situado entre a Amazônia Central e Oriental, no extremo nordeste do Pará, dividindo-se entre as microrregiões do Baixo Tocantins e de Tucuruí. Esse território faz parte da Bacia do Tocantins, reconhecida como a segunda mais relevante do país, com significativo potencial para produção de energia hidrelétrica.

É nítido que o rio Tocantins exerce uma função fundamental na história, política, economia, cultura e sociedade da região amazônica no Brasil, tendo um papel direto na organização dos locais onde vivem diferentes comunidades na área.

Contudo, é válido ressaltar que a ocupação da Amazônia, especialmente no estado do Pará, e a ocupação dos territórios quilombolas no Baixo Tocantins, apresentam cenários distintos com abordagens políticas diversas, impactos socioambientais e formas de

desenvolvimento variadas. Enquanto as políticas de ocupação da Amazônia priorizam geralmente a exploração intensiva de recursos naturais em prol do crescimento econômico, o processo de ocupação dos territórios quilombolas baseia-se na preservação da cultura, identidade e meio ambiente dessas comunidades tradicionais.

Na região do Pará, as estratégias de ocupação da Floresta Amazônica sempre incentivaram o crescimento da agricultura, da mineração e da construção de estradas, visando impulsionar a economia local. No contexto do Baixo Tocantins, essas comunidades remanescentes de quilombolas representam não apenas espaços físicos, mas também símbolos de resistência cultural e identidade ancestral. Segundo Carvalho (2018), a ocupação dessas terras do território em questão teve origem no período colonial, quando africanos escravizados fugiam das fazendas e plantações em busca de refúgio e liberdade. Ainda segundo o autor, essas comunidades, formadas por descendentes desses fugitivos, estabeleceram-se em áreas remotas e de difícil acesso, onde puderam preservar suas tradições, línguas e práticas culturais.

Este processo de ocupação é um fenômeno histórico que remonta aos períodos pré e pós-abolição da escravidão no Brasil. Essas comunidades têm uma história marcada por migrações e resistência, que foram fundamentais para sua formação e consolidação ao longo do tempo (Silva, 2015). Para compreendermos mais profundamente a ocupação histórica da Região Tocantina por comunidades quilombolas, é essencial ouvirmos os relatos de pessoas que testemunharam e participaram desse período marcante, uma dessas pessoas foi o senhor Djalma Pereira Ramalho.

O senhor Djalma Pereira Ramalho é o atual secretário de cultura da Associação ARQIB, e um dos integrantes na época do movimento negro no Estado do Pará. Denominado de “Encontro Raízes Negras”, em 1992. Em sua entrevista, ele nos relata que, *“a comunidade Quilombola começa a se organizar, não só no Pará, mas em todo o Brasil, a partir da Constituição de 1988. Quando é aprovada a Constituição de 1988, já o artigo chamado 68, ele reflete essa parte que todas as comunidades que tinham mais de 100 anos de existência que tivesse ramificação, que tivesse vestígio de existência de quilombo em qualquer território do Brasil, poderia já estar preiteando a sua titulação. Ainda segundo ele, no Pará, primeiramente, seria certificado pela Fundação Cultural Palmares, depois, em seguida, o ITERPA que cuidava do processo de titulação dos territórios, ele que é responsável pelas terras que está em mão do Estado, posteriormente o INCRA reconhecia os títulos emitidos pelo ITERPA”* (Ramalho, 2024).

Ainda segundo o relato do senhor Ramalho, *neste período de 1992, ocorreu encontro das comunidades quilombolas do estado do Pará, chamado Raízes Negras, que foi lá no*

Silêncio do Matar, no município de Óbidos. Na ocasião, entreguei um relatório à comissão dos movimentos, destacando as comunidades existentes no município de Baião, como o Umarizal, onde cerca de 95% da população negra vivia em uma grande área de terra, ainda não reconhecida como comunidade quilombola.

Nessa época, não existia ainda Malungo, não existiam as comunidades do Baixo Tocantins, só as que estavam se organizando na época. E aí, quando nós voltamos de lá, houve uma chamada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Baião (STRB) para uma apresentação do grupo Afro Axé Dudu, que é pertencente ao Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA).

Aqui, o que estava se discutindo em 92, 93, era uma grande colônia reunida, que pegava do Cupijó até a Vila do Km 50, que chamava Grande Colônia Reunida. Em 1993, o CEDENPA pediu para que a gente fizéssemos um levantamento bem melhor das comunidades quilombolas do Baixo Tocantins. Foi aí que aconteceu a vinda do Bruno, o Pereira e o Ferdinando. Eles andaram pela região trabalhando na questão da pesquisa, eu acompanhava a equipe.

Em 1995, acontece o chamado Preparação de Liderança das Comunidades Quilombolas do Baixo Tocantins. Nessa época, eu estava na Unipop, o Instituto da Universidade Popular, e aí a Unipop me designou, com o apoio do sindicato, para que eu viesse para Baião para ministrar três cursos de liderança, que foram um no Pampelônia, um no Cardoso e o outro em Nova América. Desses cursos já saíram as lideranças que poderiam dar continuidade no trabalho no quilombo.

Ficou assim, seu Josiel e Seu Vadico lá pela comunidade de Bailique, aí nós tivemos também, o senhor Narcísio pela comunidade de Umarizal, a dona Deonata Machado, o senhor Ernesto e o seu Guardino, pela Comunidade de Igarapé-preto. E pelo Cardoso tivemos seu Campelo e a dona Rosa Praia, e na Nova América tivemos o Rui, seu Peixinho e outras pessoas que faziam parte desta liderança.

A partir daí surgiu a discussão sobre a emancipação das comunidades quilombolas do Baixo Tocantins (Ramalho, 2024).

Destacar o relato do senhor Djalma é fundamental neste contexto, ele traz à tona uma parte importante da história das comunidades quilombolas do Baixo Tocantins, a formação e organização política. Seu testemunho destaca a evolução e as transformações ocorridas ao longo dos anos, desde os primeiros movimentos de organização até as discussões sobre a emancipação dessas comunidades. Além disso, entender esse processo é fundamental não apenas para preservar a memória e a identidade dessas comunidades, mas também para

compreender os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas ao longo do caminho. Ademais, o relato evidencia a necessidade de documentação e registro histórico desses movimentos, a fim de garantir que suas lutas e conquistas sejam reconhecidas e valorizadas. Ao compreender o processo descrito pelo senhor, Djalma, podemos aprender lições importantes sobre resiliência, perseverança e união em prol de um objetivo comum.

A regularização do quilombo de Boa Vista, localizado no município de Oriximiná, no Pará, marca um marco importante na história da luta pela terra e pelos direitos das comunidades quilombolas no Brasil. Ao receber o título definitivo da terra, esse quilombo não apenas obteve o reconhecimento oficial de sua ocupação ancestral, mas também se tornou um símbolo de resistência e conquista para outras comunidades.

A conquista desse título ocorreu em um momento significativo, sete anos após a promulgação da Constituição de 1988, sua regularização ocorreu em 20 de novembro de 1995, quando reconheceu pela primeira vez os direitos territoriais das comunidades quilombolas. Essa regularização representa, portanto, um passo importante na concretização dos direitos constitucionais dessas comunidades e na garantia de sua permanência em suas terras de origem.

Segundo a Comissão Pró-Índio São Paulo (2022), “este também se tornou o primeiro quilombo regularizado do Brasil”. No entanto, é importante salientar que a regularização do quilombo de Boa Vista é apenas o primeiro passo em um longo processo de reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades quilombolas em todo o país. Ainda há muitos desafios a serem enfrentados, incluindo a titulação de outras comunidades, a demarcação de terras e o enfrentamento da violência e da discriminação. Posteriormente a esta conquista, o movimento negro ganhou força e assim outras comunidades foram tituladas. Como, por exemplo; a Associação Remanescente de Quilombos de Igarapé Preto em 1999, dentre outras (Ramalho, 2024).

Atualmente, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no estado do Pará, estima-se que existam 527 comunidades remanescentes de quilombo, distribuídas em 87 territórios quilombolas oficialmente delimitados. Esses territórios abrigam uma população de 44.533 quilombolas (IBGE, 2022). No entanto, apenas 266 dessas comunidades possuem certificação de autodefinição (IBGE, 2022).

Das 266 comunidades quilombolas cadastrados pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no estado, 162 delas têm seus territórios localizados na região do Baixo Tocantins, abrangendo os municípios de Cametá, Abaetetuba, Baião, Mocajuba, Moju, Barcarena, Acará e Oeiras do

Pará, os dados foram coletados nos sites do (IBGE, 2022 e MALUNGU, 2021). É possível identificar o total de comunidades negras rurais presentes nos municípios que compõem o Território do Baixo Tocantins, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Números de Comunidades Quilombolas por Município.

Municípios	Comunidades
Cametá	22
Abaetetuba	17
Baião	34
Mocajuba	10
Oeiras do Pará.	14
Moju	27
Acará	33
Barcarena	5

Fonte: MALUNGU, 2021.
Organizado pelo autor.

É importante lembrar que esses números podem variar, pois a identificação e o reconhecimento de comunidades quilombolas é um processo contínuo. Entretanto, esses dados são essenciais para compreendermos a presença e a importância das comunidades quilombolas nessa área.

Por fim, ao considerarmos o relato do senhor Djalma e os dados demográficos apresentados, torna-se evidente a relevância das comunidades quilombolas na ocupação e na história da região do Baixo Tocantins. Essas comunidades não apenas contribuem para a diversidade cultural e étnica da área, mas também representam um elemento essencial com o passado e um caminho para o futuro.

Conforme argumentam Santos e Sá (2010), na região do Baixo Tocantins, as comunidades quilombolas desempenham um papel crucial na preservação da biodiversidade e na resistência ao desmatamento. A conquista do território quilombola da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Igarapé-Preto a Baixinha (ARQIB) marca uma vitória significativa na luta e conquista territorial das comunidades quilombolas do Baixo Tocantins, em meio às políticas de ocupação da Amazônia (Santos e Oliveira, 2019).

8. CAPÍTULO III: AS TERRAS DE PRETO E A CONQUISTA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA ARQIB: ORIGEM, OCUPAÇÃO E CULTURA.

Neste capítulo, exploraremos as raízes históricas das Terras de Preto, destacando sua importância como espaços de resistência e autonomia para os descendentes de africanos escravizados. Abordaremos também o processo de ocupação dessas terras ao longo do tempo, desde os primeiros assentamentos até a consolidação das comunidades quilombolas.

Além disso, examinaremos o processo de conquista do território da ARQIB, considerando os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas ao reivindicarem o reconhecimento de seus direitos territoriais. Investigaremos os marcos legais, as políticas públicas e as estratégias de mobilização social que culminaram na demarcação e titulação das terras quilombolas da ARQIB.

8.1 As Terras de Preto.

As “Terras de Preto” eram locais de refúgio e resistência para os negros escravizados que buscavam escapar da brutalidade do sistema escravocrata durante o período colonial.

Para Silva (2018), o termo “Terras do Preto” é uma expressão histórica que se refere aos territórios ocupados por comunidades quilombolas no Brasil. Originou-se durante o período colonial, marcado pela escravidão, quando os negros escravizados fugiam das fazendas e engenhos em busca de liberdade, estabelecendo-se em áreas remotas e de difícil acesso, como florestas, serras e regiões de mata densa. Ainda segundo o autor, esses locais tornaram-se refúgios conhecidos como quilombos, onde os fugitivos formavam comunidades autossustentáveis, organizadas em torno da agricultura de subsistência e da solidariedade mútua. Ao considerar a temática das identidades quilombolas, é crucial compreender que estas vão além de uma mera referência histórica ou geográfica. “Elas representam uma complexa teia de relações sociais, culturais e políticas que se desenvolveram ao longo dos séculos” (Gomes, 2005, p. 42). A afirmação de que os quilombos estiveram presentes na historiografia, porém com poucos avanços em termos de conceituações e identidades dos sujeitos que os compunham, reflete uma lacuna significativa no estudo dessas comunidades. Por muito tempo, a visão predominante sobre os quilombos foi marcada pela ideia de que eram espaços isolados e temporários, à margem da sociedade dominante, que estavam fadados à extinção.

Em seu texto Souza (2011) diz que:

Ao longo da história, os quilombos têm sido um tema presente na historiografia, ou seja, na forma como a história é estudada e escrita. No entanto, ela também aponta para uma lacuna ou limitação nos estudos sobre os quilombos, especialmente no que diz respeito à compreensão das identidades e das experiências dos indivíduos que faziam parte dessas comunidades [...] (Souza, 2011, p. 72).

Essa falta de avanço na conceituação e na identificação dos sujeitos quilombolas muitas vezes levou à percepção de que esses grupos estavam à beira da extinção. A ideia implícita é que, devido à falta de desenvolvimento nos estudos sobre os quilombos, sua sobrevivência como comunidades distintas e vibrantes estava ameaçada e que isso era apenas uma questão de tempo até que desaparecessem completamente.

Essa interpretação indica, ainda, uma preocupação com a falta de atenção dada aos quilombos como agentes ativos na história, bem como com o risco de suas identidades e experiências únicas serem perdidas ou mal compreendidas. Essa citação sugere, portanto, a necessidade de um maior reconhecimento e estudo das comunidades quilombolas, a fim de entender melhor suas histórias, culturas e contribuições para a sociedade brasileira. A visão limitada dos quilombos permitiu uma compreensão estereotipada e simplificada dessas comunidades, ignorando sua complexidade histórica, social e cultural. Os estudos sobre os quilombos muitas vezes negligenciavam as identidades e as experiências dos sujeitos que os habitavam, reduzindo-os a uma única narrativa de resistência e isolamento. No entanto, ao longo das últimas décadas, há um movimento de resgate e reavaliação das narrativas quilombolas, impulsionado pela luta das próprias comunidades por reconhecimento e justiça. Esse movimento leva a uma maior diversidade de perspectivas e abordagens nos estudos quilombolas, permitindo uma compreensão mais ampla e multifacetada dessas comunidades.

Hoje, reconhecemos que os quilombos não são apenas espaços de resistência, mas também são locais de construção de identidades coletivas, de preservação de tradições culturais e de articulação política. Eles são parte integrante da história e da sociedade brasileira, e sua existência não está predestinada à extinção, mas sim à continuidade e à transformação ao longo do tempo. “A construção e a afirmação das identidades quilombolas são processos em constante transformação, influenciados por fatores internos e externos” (Almeida, 2018, p. 105).

Entretanto, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o debate se abriu, pois ela trouxe em seu texto o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, colocando à sociedade, de modo geral, a discussão acerca dos territórios quilombolas, como segue: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas

terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Neste contexto, consideramos importante esta retomada devido à crescente importância que essa categoria tem adquirido.

Segundo Souza (2015), a partir da década de 1980, as transformações lideradas pela sociedade civil brasileira no campo político foram direcionadas para a consolidação de um estado democrático. Durante esse período, ocorreram mudanças substanciais na sociedade civil brasileira, especialmente no âmbito político, buscando estabelecer um estado democrático mais inclusivo e justo. Essas transformações políticas e sociais conferiram aos quilombos uma nova dimensão de importância e relevância.

A revisão do estudo sobre quilombos é fundamental para compreender não só a história e a cultura brasileira, mas também para fomentar uma sociedade mais inclusiva e democrática. Isso é particularmente relevante ao considerar a diversidade de suas composições e realidades, influenciadas pelo processo diaspórico vivenciado por esses grupos. Frequentemente, os quilombos são reduzidos à mera categorização como “remanescentes das comunidades dos quilombos”, o que não reflete adequadamente sua complexidade contemporânea.

Diante da complexidade em compreender as identidades das comunidades quilombolas, é essencial examinar de forma mais específica um exemplo emblemático desse contexto: o território da Associação de Remanescente de Quilombo de Igarapé-Preto à Baixinha - ARQIB. Este território apresenta uma história única de origem, ocupação e cultura que reflete as dinâmicas e desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas. Ao analisarmos mais de perto o Território Quilombola da ARQIB, podemos compreender não apenas a sua importância histórica, mas também as suas lutas contemporâneas e a sua contribuição para a diversidade cultural do Brasil.

8.2 A história da Origem, Titulação, Ocupação e Cultura do Território da ARQIB.

A Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo de Igarapé Preto a Baixinha – ARQIB é uma organização quilombola com sede em Igarapé-Preto, Oeiras do Pará – PA, e tem como atividade principal a defesa de direitos sociais. Isso significa que a associação se dedica a promover e proteger os direitos sociais dos membros das comunidades. E sua história está embasada em relatos dos moradores mais antigos nas comunidades, que testemunharam diretamente os eventos que moldaram suas vidas e a região ao longo do tempo. De acordo com esses relatos, vestígios do povoamento do território remontam aos anos 1900, quando a região era predominantemente coberta por densa floresta.

Esses relatos narram a migração de negros escravizados que fugiram das plantações e buscaram refúgio, liberdade e autonomia nas áreas de mata. Esses relatos são de moradores da comunidade de Igarapé-Preto, que faz parte da associação ARQIB, (Domingos Machado, Leôncio Machado, Deonata Machado, Raimunda Arnaud e Djalma Pereira Ramalho). Em nosso entendimento, essas pessoas, por conhecerem muito bem a região, são o suficiente para termos uma noção de como se deu a origem da referida associação.

Neste contexto, conforme o relato do senhor Domingos Machado, mestre de “Samba de Cacete”, a história da fundação de Igarapé Preto remonta a 1900, logo após a abolição da escravidão, quando pessoas negras, incluindo africanos e franceses da Guiana Francesa, se estabeleceram na região. Ainda segundo o relato do senhor Domingos, “os caçadores Raimundo Paca, o senhor Ventura e Gercilau Rodrigues Machado encontraram um igarapé na mata, que deram o nome de Retiro Grande, conhecido hoje como Igarapé-Preto. Assim começaram a fazer barracos cobertos de palhas de inajá, pau roliço, amarrados com timbú e escada de jabuti” (Machado, 2023).

A senhora Raimunda Arnaud nos relata que a comunidade recebeu o primeiro nome de “Retiro Grande”, pois muitos lavradores produziam sua farinha neste local, sendo que ainda hoje é chamada pelos mais velhos apenas como “Retiro”, embora com menos ênfase. Segundo informação da senhora Raimunda, que atualmente é a moradora mais velha da comunidade, com 98 anos, “o atual nome se deu devido à cor escura da água do igarapé que acompanha toda extensão da referida vila” (Arnaud, 2023).

Segundo os depoimentos de Domingos Machado (2023), Leôncio Machado (2023), e Raimunda Arnaud (2023), a primeira família a se instalar na comunidade foi a família Ventura, seguida respectivamente de outras como do senhor Vicente, apelido “Piranga”, Francisco Miranda de Rodrigues (Coroa), Raimundo Machado (Paca), Verônico e outros. Essas famílias eram descendentes de negros (escravos fugitivos) que vieram dos municípios de Cameté e Mocajuba-PA, em busca da extração do leite da maçaranduba, do óleo da copaíba, couro da onça, castanha do Pará (produtos muito procurados na época) e acabaram ficando e dando origem a uma pequena povoação, com apenas cinco ou seis casas feitas com paus roliços cercadas com palha de inajá e coberta com palhas de ubim. Não eram usados pregos na construção das casas, as palhas e paus eram amarrados com cipós, “titica” e “escada de jabuti”, na época muito comuns na mata.

Segundo o relato da dona Arnaud, residente da comunidade, a origem da comunidade de Igarapé Preto remonta aos anos 70, quando algumas pessoas locais, como os senhores Guardino, Ernesto, Verônico, Acelino e Domingos Machado, lideraram a luta por sua

formação. A presença e o apoio do padre Tiago foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho cristão na região (Arnaud, 2023). Além disso, Dona Raimunda Arnaud acrescenta que a comunidade de Pampelônia foi a primeira a ser fundada, seguida pela comunidade de Igarapé Preto e, posteriormente, pela comunidade de Teófilo (Arnaud, 2023).

Por muitos anos, a característica paisagística da região local permanecia inalterada, com poucas mudanças, mantendo-se em um estado quase intocado. No entanto, nesse mesmo período de 1970, observou-se um aumento significativo no número de pessoas migrando para a região do Baixo Tocantins. Esse fluxo populacional trouxe consigo transformações profundas no ambiente, impactando não apenas a paisagem, mas também as dinâmicas sociais, econômicas e culturais das comunidades quilombolas que habitavam a área.

Conforme a população crescia gradualmente, os habitantes se viram obrigados a se agrupar em comunidades, tornando-se o ponto central das reivindicações por direitos civis e sociais. Essa estruturação comunitária não apenas fortaleceu os vínculos sociais e culturais, como também impulsionou a melhoria das condições locais. Além disso, a inauguração da estrada PA-156, posteriormente chamada de BR-422, por volta de 1985, teve um papel crucial no progresso e expansão dos povoados. Essa nova via não só possibilitou um melhor transporte da produção agrícola, como também facilitou a circulação de pessoas, contribuindo para estimular a economia local e fomentar a troca cultural.

Outro aspecto relevante foi a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí (1974-1984), e como esse empreendimento afetou diretamente o Território. Tais transformações são fundamentais para compreender totalmente a importância e as repercussões da implementação desse significativo projeto hidrelétrico. A construção da usina teve um impacto significativo na região. Naquele tempo, conforme depoimentos de residentes locais, houve uma expectativa de que a usina traria avanço, fornecendo energia elétrica, promovendo serviços e uma infraestrutura básica que prometia uma melhor qualidade de vida. De acordo com eles, muitos habitantes das comunidades se deslocaram para Tucuruí em busca de empregos seguros, benefícios trabalhistas e acesso a serviços urbanos. No entanto, o represamento das águas resultou na diminuição da população de peixes, prejudicando a atividade vital para a sobrevivência de muitos trabalhadores locais, especialmente os residentes das comunidades quilombolas ribeirinhas que constituem a ARQIB.

Além disso, vale considerar o impacto das atividades madeireiras na região amazônica. Embora a extração e o processamento de madeira tenham sido práticas comuns na região ao longo dos séculos, principalmente a partir da década de 1970, houve uma transformação significativa nesse cenário. Pólos madeireiros surgiram no Pará, causando um grande

desmatamento, conflitos, violência no campo e o deslocamento forçado das comunidades que ali habitavam. Essas atividades impuseram novos ritmos e desafios às populações locais, aumentando as fronteiras e invadindo áreas já ocupadas.

Emmi (2006), afirma que as lutas dos remanescentes de quilombos começaram a emergir no contexto das mobilizações étnicas na América Latina, somente a partir do fim da década de 70, quando o movimento negro começa a fortalecer as discussões acerca dos direitos constitucionais da população negra brasileira, levando a sociedade a refletir sobre a pluralidade e diversidade étnica e cultural da sociedade, princípios que foram expressamente declarados na Constituição Federal de 1988.

A valorização dos territórios tem impulsionado a reintegração dos sujeitos em seus locais de origem. Embora inicialmente motivado por influências externas, esse processo se fundamenta na aceitação e reconhecimento dos saberes tradicionais, muitas vezes marginalizados ao longo da história da comunidade. Apesar das disputas e tensões iniciais, essa jornada é também uma construção, destacando a adoção da identidade quilombola como uma estratégia crucial para a revitalização territorial (Diniz e Tubaldini, 2015).

Foi no Estado do Pará que aconteceu a primeira titulação de terra de remanescentes de quilombos no Brasil, em cumprimento ao Artigo 68 do ADCT de 1988. A primeira resposta a esse artigo surge em 20 de novembro de 1995, quando a comunidade quilombola de Boa Vista situada no município de Oriximiná-PA, recebeu do INCRA o título de propriedade de seu território com 11,5 km, essa titulação foi um marco que consolidou o entendimento de que este artigo é autoaplicável e que a regularização desta categoria de terras deve ser coletiva, respeitando a forma como os quilombolas concebem e ocupam os seus territórios (Coqueiro, 2010).

O senhor Djalma Ramalho nos relata que o processo de titulação do território da Associação ARQIB se desenvolveu a partir de uma perspectiva central: a busca pela segurança territorial das comunidades quilombolas. A demanda pela titulação estava intrinsecamente ligada à necessidade de assegurar que essas comunidades pudessem manter seus direitos sobre a terra diante das múltiplas formas de pressão que enfrentavam. Essa segurança era essencial para garantir a estabilidade e a continuidade das comunidades frente às ameaças constantes que surgiam em relação à sua posse territorial.

Segundo o relato da senhora Deonata Machado, que foi uma das fundadoras da ARQIB, e sua primeira presidente, “durante a década de 1990, foi feito um trabalho intenso para conscientizar a população da importância de se reconhecerem como remanescentes de quilombos, pois, muitas pessoas até os dias atuais não se aceitam como quilombolas”

(Machado, 2023). Ainda segundo ela, “isso pode ter acontecido devido à relação das pessoas da comunidade com culturas diferentes e assim gerar o ato de aculturação, dificultando a identificação e o reconhecimento da sua própria cultura; outra hipótese, é que muitas famílias ficaram com medo de perder suas terras devido terem sido mal-informados sobre as normas e funcionamento de um quilombo” (Machado, 2023).

Ramalho (2024) em seu relato diz que, “o processo de reconhecimento só ganhou força após a fundação da Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé-Preto à Baixinha, quando pessoas envolvidas com o assunto, como o senhor Ernesto Mendes, Deonata Machado, Domingos Machado, Elpídio da Gloria Torres (Goianinho) e outros, passaram a lutar para garantir direitos básicos para a comunidade. Uma das principais lutas foi a posse da terra, uma vez que esta estava sendo invadida pelos grileiros, fazendeiros e madeireiros que vieram do sul do país” (Ramalho, 2024).

Em 1999, a Associação Remanescente de Quilombo de Igarapé-Preto alcançou um marco importante: recebeu o título definitivo de seu território, emitido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Com base nos dispostos artigos 215, 216 e 68, da Constituição Federal de 1988; dos artigos 285, 286 e 32 da Carta Estadual sobre as leis nº 6.165/ 1998, Decreto Estadual nº 3.572/1999 e Instruções Normativas nº 02/1999. E reconhecido no ano de 2003, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio do Decreto nº 4.887/2003, que estabelece os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos (ITERPA, 2020 e INCRA, 2022).

Posteriormente, a associação passou a ser conhecida como Associação de Remanescente de Quilombo de Igarapé-preto à Baixinha, em referência à abrangência territorial que engloba 12 comunidades, e mais 2 anexadas recentemente. Atualmente, conta com um total de 14 comunidades que detém do título definitivo a posse da terra (Carará, Teófilo, Igarapé-Preto, França, Cupu, Igarapézinho, Campelo, Pampelônia, Varginha, Itaperuçu, Aráquembaua, Baixinha, Paxiubal e Mojutapera). Seu território se estende pelos municípios de Oeiras do Pará, Baião e Mocajuba, e possui uma área de 17.357,0206 hectares de terra, equivale a 173,570 quilômetros quadrados km² (INCRA, 2022).

As comunidades quilombolas são conhecidas por sua rica tradição cultural, que se manifesta em diversos aspectos da vida cotidiana, incluindo música, dança, culinária, artesanato e religião. Essas expressões culturais são reflexos da história, valores e crenças dessas comunidades, transmitidas de geração em geração.

No território quilombola da ARQIB, a cultura folclórica se destaca por sua riqueza e diversidade. A tradição do samba de cacete é predominante entre as comunidades, sendo considerada o elemento central da cultura local. Esta prática representa vividamente a identidade e o legado cultural da grande maioria das comunidades. Por meio do samba de cacete, muitos desses quilombos celebram e preservam suas origens históricas, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a continuidade cultural. Esta expressão cultural demonstra a resiliência e a vitalidade do povo quilombola da associação.

Com relação ao seu contexto histórico, o senhor Djalma, relata que o samba de cacete surgiu há séculos, durante o período da escravidão. Como os escravos não tinham como expressar suas lamentações, eles começavam a cantar nas senzalas das fazendas. Portanto, eles trouxeram essa herança cultural, onde um iniciava o canto e outros respondiam, dando origem ao samba, basicamente nesse contexto de trabalho.

Segundo os relatos presentes no documentário de André dos Santos, intitulado de “Samba de Cacete de uns tempos pra cá”, no ano de 2013, diz que, “o Samba de Cacete é uma tradição que teve origem na região da Associação, inicialmente na comunidade de Igarapé-Preto”. Segundo o senhor Domingos Machado, “o Samba de Cacete foi trazido para a região pelos negros por volta de 1800. Ele conta que seu avô, Jacilau Rodrigues Machado, que era negro e já tinha sido escravizado, era mestre de samba naquela época. Essa tradição passou de geração em geração na família, chegando até ele e seu irmão Leôncio Machado, e juntos aos outros membros, Benedito Machado, Manoel Ramalho, Miró, criaram o grupo Topa Tudo” (Machado, 2023).

Seu ritmo é produzido através da percussão de cacetes de madeira em um tambor feito de um tronco oco, coberto por couro de veado esticado. O samba, com suas melodias melancólicas e alegres, cujas letras retratam o cotidiano das comunidades negras, por muito tempo, o samba de cacete era uma tradição presente nos mutirões, conhecidos localmente como “convidados”, que ocorriam nas comunidades durante atividades como roçagem, plantio e colheita, entre outras. Esses eventos eram sempre acompanhados de muita cachaça. Atualmente, o Samba de Cacete é apresentado em ocasiões festivas ou a convite, não havendo uma data específica para as apresentações.

Em uma das entrevistas feitas com o senhor Djalma, quando lhe foi perguntado o porquê do nome “Topa Tudo”, ele relatou que, *“uma vez eu conversando com teu avô, com o saudoso Leôncio Machado, ele me disse que o Grupo Topa Tudo vem de muitas eras. Épocas passadas. Então, por que era Samba de Cacete? Grupo Topa Tudo? Porque eles já são remanescentes do pessoal bem antigo (Negros). Quando saíam para tocar, para brincar, que*

naquela época não tinha quase diversão em todas as comunidades, então eles marcavam encontro deles, nas comunidades como, Campelo, Pampelônia e Aráquebaua, que eram as comunidades maiores na época. E lá eles faziam a roda de samba de cacete, muitas vezes também, faziam convidado de alguém, dentre outras brincadeiras, sempre levando o samba. Nessa história de estar fazendo uma coisa e outra, às vezes, eles ficavam até três, quatro dias andando pelas comunidades, tocando, brincando, se divertindo juntamente com o povo da comunidade. Aí, no meio do caminho, às vezes, pintava um trabalho de roça. Fulano está plantando uma roça. Eles iam pra lá, todo mundo, e ajudavam a plantar, bebiam cachaça e tal. Rapaz, tem alguém passando mal que precisa ser deslocado lá do centro, pra beira do rio, para procurar tratamento. Eles iam lá ajudar a carregar na rede aquela turma de gente. Em resumo, eles topavam todo tipo de situação vivida por aquele grupo. Por este motivo, se deu o nome *Topa Tudo*”. (Ramalho, 2024). Registro histórico da cultura local, ilustrado na Figura 3.

Figura 3 - Mosaico da Manifestação cultural do Samba de Cacete.



Fonte: fotos fornecidas por Diogo Machado.
Organizado pelo autor.

Na região, além do samba, outras expressões culturais são muito presentes e valorizadas. Por exemplo, as festividades dos Santos Padroeiros das comunidades são bastante marcantes. Durante esses eventos, as comunidades se reúnem para celebrar e homenagear seus

santos, criando um ambiente de devoção e confraternização e nessas festividades que acontece o famoso mastro. Outra tradição notável são as quadrilhas juninas, que ganham destaque especialmente durante o período junino. As comunidades se organizam para apresentações em terreirões, muitas vezes ligadas a instituições escolares, proporcionando momentos de diversão e integração entre os moradores. Além disso, o artesanato e a culinária também são aspectos culturais fortes na região. A produção artesanal reflete a habilidade e criatividade dos moradores, enquanto a culinária local revela sabores e técnicas tradicionais transmitidos de geração em geração. Por fim, essas manifestações culturais contribuem para a identidade e o orgulho das comunidades quilombolas da associação ARQIB.

9. CAPÍTULO IV: O TERRITÓRIO DA ARQIB: UMA VISÃO DE SEUS USOS.

Ao abordarmos o uso do território, é fundamental considerar uma série de aspectos que delineiam sua complexidade. Como aponta Pereira (2011, p. 97), “é necessário examinar os conteúdos que compõem o território, seus elementos constituintes, as atividades e objetos que o caracterizam, bem como os diversos usos que dele derivam e suas implicações”. A compreensão da periodização é fundamental para analisar a dinâmica do uso do território ao longo do tempo, pois, revela como diferentes interesses moldam sua ocupação e exploração. Entre os múltiplos atores que se apropriam do território, destaca-se o Estado, cujas intervenções refletem uma variedade de interesses e objetivos. Conforme observado por Harvey (2008), as políticas estatais muitas vezes visam ao desenvolvimento econômico, à expansão da infraestrutura e à promoção de interesses geopolíticos, resultando em transformações significativas na paisagem e no uso do território.

Segundo Haesbaert (2004), o território pode ser compreendido a partir de três vertentes principais: jurídico-política, cultural e econômica. Na vertente jurídico-política, o território é visto como um espaço delimitado e controlado por um poder, geralmente estatal. Isso reflete a ideia de que o território é um espaço onde o poder é exercido e onde as leis e regulamentos são aplicados. Já na vertente cultural, Haesbaert argumenta que o território é um produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço. Isso sugere que o território é mais do que apenas um espaço físico, mas também um espaço de significado e identidade. Por fim, na vertente econômica, o território é visto como um produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre classe-trabalho. Isso destaca a importância das relações econômicas na formação e transformação do território (Haesbaert, 2004).

Quando aplicado ao contexto quilombola, isso implica entender que o território dessas comunidades não é apenas um espaço geográfico, mas também um local carregado de significados simbólicos e históricos. Assim, as práticas de uso do território pelos quilombolas refletem não apenas suas necessidades materiais, mas também suas tradições, crenças e formas de organização social (Haesbaert, 2004).

Marcelo Lopes de Souza (2005), por sua vez, enfatiza a importância da territorialidade como um conceito-chave na compreensão das relações entre as comunidades quilombolas e seus territórios. Ele destaca que a territorialidade quilombola vai além da mera ocupação física do espaço, envolvendo processos de identificação, pertencimento e resistência frente às pressões externas (Souza, 2005). Dessa forma, as formas de uso do território feitas por quilombolas são também estratégias de preservação de sua cultura e de reivindicação de seus direitos territoriais.

Neste capítulo, adentraremos nas múltiplas facetas do uso do território quilombola da Associação ARQIB ao longo do tempo. Nosso objetivo é proporcionar uma análise abrangente das atividades e práticas que influenciam a ocupação desse território desde sua origem até os dias atuais, destacaremos também, as diferentes formas de uso feitos pelas pessoas das comunidades que ali residem, influenciadas por suas práticas culturais, tradições e necessidades cotidianas.

Relembremos um pouco o passado da região do território, resumidamente pode-se constatar o seguinte: conforme os relatos dos moradores locais, as comunidades dependiam completamente das práticas de plantio, caça, pesca e pequenas criações de animais, como porcos e galinhas, para sua subsistência. A floresta desempenhava um papel fundamental na vida das pessoas, fornecendo uma variedade de recursos essenciais. Como, por exemplo: era nela que encontravam os medicamentos naturais, como o mel de abelha, a copaíba, o jucá, o para tudo, além de madeira para construção (conhecida como varas), palhas e escada de jabuti, utilizados em diversas atividades, incluindo a construção de casas e outras necessidades cotidianas, caças, dentre outras práticas. Naquela época, quase não havia dinheiro em circulação na região, e todas as tarefas realizadas tinham como principal objetivo garantir a alimentação e o sustento das famílias. Segundo relatos de Leôncio Machado, um dos moradores mais antigos, ele diz que, “embora cidades vizinhas como Cameté e Baião já existissem, chegar até elas eram difíceis. Não havia estradas para Cameté, e Baião não tinha barco, como se tem hoje. O único jeito de se locomover para essas cidades era pelo rio, usando cascos movidos a remo” (Machado, 2023).

Essa visão histórica nos ajuda a entender melhor como o território foi usado ao longo dos anos. Ao recordar esses tempos, conseguimos enxergar as mudanças sociais, econômicas e culturais que moldaram a vida dessas pessoas nas comunidades e influenciaram suas práticas atuais.

Nos dias atuais, foi observado que as práticas de uso do território pelos quilombolas ainda estão estreitamente vinculadas à sua subsistência, abrangendo uma variedade de atividades para assegurar o sustento de suas famílias. Eles se dedicam à agricultura familiar, criação de animais, pesca, caça e extrativismo, entre outras.

No entanto, essas áreas apresentam uma complexa integração entre práticas tradicionais e modernas, notavelmente evidenciadas pelo sistema de derruba e queima, utilizado no cultivo de mandioca, macaxeira, milho, arroz, pimenta-do-reino, açaí, entre outros cultivos. Anteriormente realizado manualmente, esse sistema hoje conta com o auxílio

de ferramentas mecanizadas, como tratores e máquinas de arado do solo, refletindo adaptações tecnológicas ao longo do tempo.

O extrativismo desempenha um papel significativo na região, destacando-se pela extração de frutos como a Castanha, o Bacuri e a Bacaba, que representam uma fonte significativa de renda para muitas famílias locais. No entanto, surge uma preocupação crescente em relação à extração ilegal da madeira, especialmente da Castanheira, e do Bacurizeiro, ameaçando não apenas a sustentabilidade econômica, mas também a preservação ambiental e a manutenção dessas práticas tradicionais. A representação do extrativismo é evidenciada por uma variedade de produtos locais, dentre eles, destacando-se a Castanha-do-Pará, o Bacuri e a Bacaba, como mostra a figura 4.

Figura 4 - Mosaico da Castanha-do-Pará, Bacuri e Bacaba.



Fonte: Organizado pelo autor.

Após examinar as imagens da figura 4, torna-se evidente a variedade e a importância dos produtos extraídos na região. A Castanha-do-Pará, o bacuri e a bacaba são apenas alguns exemplos do rico potencial do extrativismo local. Esses recursos não apenas contribuem para a subsistência das comunidades, mas também representam uma valiosa fonte de renda e sustentabilidade ambiental.

Atualmente, na região, a produção da Farinha de Mandioca se destaca como uma das principais atividades econômicas, embora não seja um produto muito valorizado (Figura 5).

Figura 5 - Mosaico da Produção Artesanal da Farinha de Mandioca.



Fonte: Organizado pelo autor.

Embora a produção de farinha seja uma atividade significativa, sua valorização econômica é limitada, e sua fabricação na região é totalmente artesanal. Isso ocorre devido a uma série de fatores, incluindo a baixa demanda no mercado regional e a falta de incentivos para a agregação de valor ao produto. No entanto, apesar dessas limitações, a produção de farinha continua desempenhando um papel importante na subsistência das comunidades locais, contribuindo para a segurança alimentar e para a geração de renda das famílias quilombolas.

Paralelamente, a atividade de pesca assume um papel relevante, especialmente para as comunidades quilombolas situadas às margens do rio Tocantins. Essas comunidades dependem da pesca não apenas como uma fonte de alimento, mas também como uma fonte de renda complementar. Dentre os produtos da pesca, destaca-se o camarão, um recurso valioso que não apenas atende às necessidades locais das comunidades, mas também é comercializado na cidade de Baião. Representação da atividade pesqueira local, conforme a Figura 6.

Figura 6 - Mosaico das Atividades Pesqueira Local.

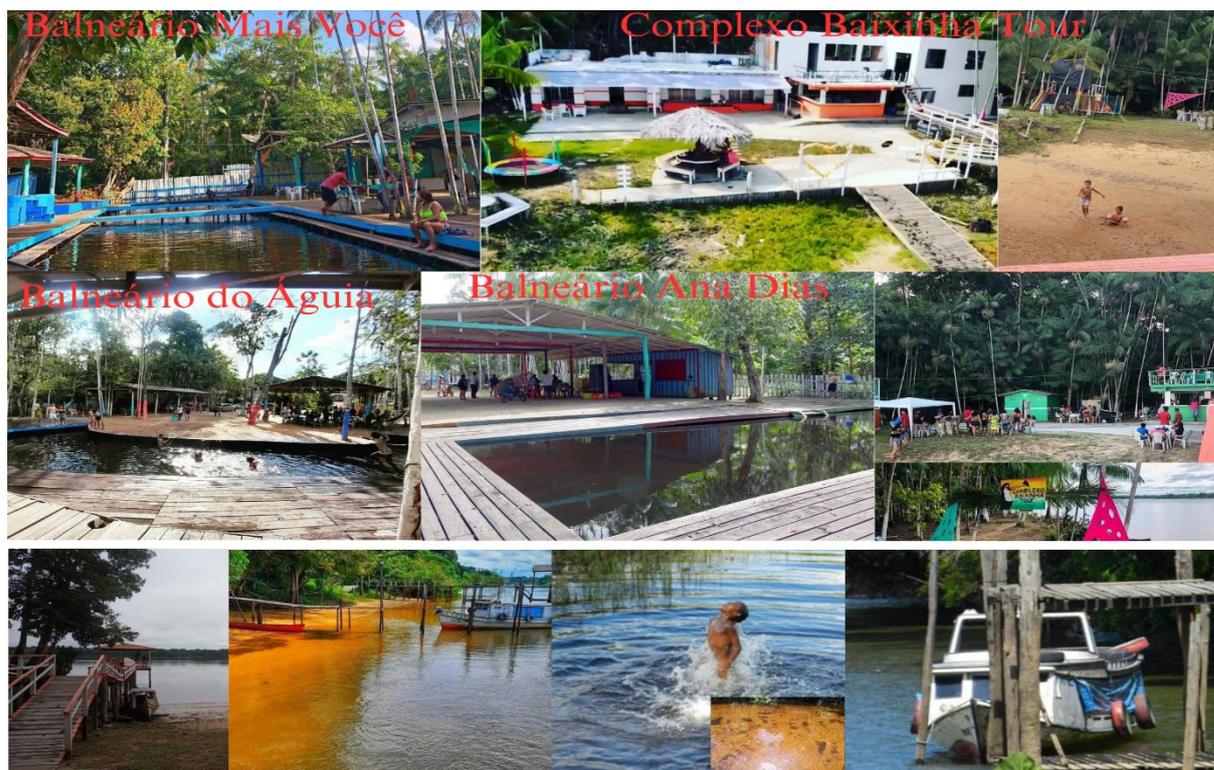


Fonte: Internet, pagina oficial do festival do camarão da comunidade de Itaperuçu. Organizado pelo autor.

Assim como a produção de farinha, a atividade pesqueira enfrenta desafios, como a redução dos estoques de peixes e camarão, devido à sobrepesca e à degradação ambiental, entre outros fatores. Apesar desses desafios, a pesca continua sendo uma prática importante para a manutenção da cultura e da identidade das comunidades quilombolas, sobretudo das comunidades ribeirinhas, que historicamente têm uma forte ligação com o Rio Tocantins.

Um aspecto crucial a ser destacado é o uso dos recursos hídricos, como os igarapés e rios, na região. Anteriormente, os igarapés desempenhavam um papel essencial nas atividades diárias das comunidades, servindo para preparar alimentos, banhos e pesca. Da mesma forma, os rios eram fundamentais tanto para a pesca quanto para o transporte. No entanto, com a chegada da energia elétrica na região em 2006, muitos desses igarapés foram transformados em áreas de lazer, como balneários. E essa mudança na característica paisagística local pode ser vista também às margens do rio Tocantins. Observa-se a presença crescente de áreas de lazer em suas margens, assim como a operação de portos para atracação de barcos e balsas, que facilitam a travessia entre o território e a cidade de Baião pelo rio Tocantins. Podemos observar essas novas formas de uso na Figura 7.

Figura 7 – Mosaico das Novas Formas de Uso dos Recursos Hídricos no Território.



Fonte: Internet e fotos tiradas no local
Organizado pelo autor.

As mudanças antrópicas ocorridas nos espaços naturais, exemplificadas na Figura 7, demonstram diferentes consequências, tanto favoráveis quanto desfavoráveis. No que se refere à economia, tais transformações podem ser vantajosas, já que possibilitam surgir chances de progresso e prosperidade financeira para as populações locais. A exploração comercial dessas áreas, ao torná-las destinos turísticos, tem o potencial de atrair investimentos, criar empregos e aumentar a renda da localidade.

Entretanto, tais mudanças também ocasionam efeitos negativos. A intensificação das ações humanas nesses ambientes naturais pode gerar prejuízos significativos ao meio ambiente, como desgaste da flora, contaminação da água e diminuição da diversidade biológica. Ademais, a sobrecarga sobre os recursos naturais pode resultar no esgotamento dos ecossistemas locais, comprometendo sua capacidade de sustentar a vida e prejudicando a qualidade de vida das pessoas. Por conseguinte, é essencial buscar um equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, assegurando que as mudanças promovidas pela intervenção humana nessas áreas naturais sejam feitas de maneira sustentável e consciente. Para isso, é necessário aplicar políticas e ações que fomentem o uso racional dos recursos naturais, a proteção dos ecossistemas frágeis e a conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo, em que se buscam oportunidades de progresso econômico benéficas a longo

prazo para as comunidades. Essa evolução não apenas modificou a paisagem, mas também implicou em impactos nas atividades sociais e de lazer das populações que lá residem.

Com a redução do valor da farinha, os habitantes decidiram buscar alternativas mais vantajosas, como o plantio de açaí e cacau, que, de acordo com informações locais, são mais rentáveis. Além disso, foram notados diversos reservatórios para a produção de peixes e áreas destinadas à criação de gado. Essas transformações demonstram a capacidade de adaptação das comunidades quilombolas diante das mudanças econômicas, visando assegurar sua viabilidade e crescimento.

Outro ponto relevante a ser considerado é a influência de agentes externos, como madeireiros, fazendeiros e empresários, nas formas de uso do território. Esses grupos têm grandes áreas de terra e pastagens na região, sendo os principais responsáveis pelo desmatamento, seja para expansão de áreas, extração de madeira ou para outros fins lucrativos. Suas atividades têm um grande impacto no meio ambiente e na dinâmica socioeconômica das comunidades, o que torna ainda mais difícil a preservação do território e do modo de vida tradicional. No contexto do desmatamento, o próximo capítulo abordará as significativas alterações na paisagem do território quilombola da ARQIB ao longo dos anos, abrangendo os anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2024.

10. CAPÍTULO V: AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DO TERRITÓRIO DA ARQIB: UM ESTUDO DE 1985 A 2024.

Ao longo dos anos, o território da ARQIB tem sido palco de alterações significativas na sua paisagem. O desmatamento na região foi um dos principais fatores para essas mudanças. A exploração exagerada de recursos naturais, muitas vezes sem o devido cuidado com a sustentabilidade, resultou na perda de grandes áreas de floresta, o que alterou significativamente a paisagem e o ecossistema local. De acordo com Santos (2006), a paisagem resulta das interações complexas entre as atividades humanas e os recursos naturais, refletindo as práticas culturais, econômicas e sociais de uma comunidade. A intensificação do desmatamento é uma consequência das pressões crescentes sobre os recursos naturais da área (Silva, 2018). A expansão da fronteira agrícola, associada à expansão das atividades agropecuárias, tem contribuído para a diminuição da cobertura vegetal e a fragmentação de habitats. Essas alterações representam uma ameaça considerável à biodiversidade local (Oliveira, 2018).

Este capítulo visa compreender a dinâmica espacial da cobertura vegetal e do uso da terra na área da Associação Remanescente de Quilombo de Igarapé-Preto à Baixinha (ARQIB). Nosso foco principal é o impacto dos grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento regional implementados na área, que tiveram um impacto significativo na paisagem ao longo das últimas décadas.

Dentre os projetos em execução, destacam-se iniciativas como o programa Luz Para Todos, que, em 2006, proporcionou o acesso à eletricidade a diversas comunidades da região. No entanto, o aumento da infraestrutura elétrica também teve consequências ambientais, como o aumento da pressão sobre os recursos naturais locais.

Além disso, a construção e expansão de rodovias, como a BR-422 e a PA-368, tiveram um impacto direto na alteração do uso da terra na região, facilitando o acesso a áreas anteriormente remotas e incentivando atividades econômicas, como a extração de madeira, o aumento da fronteira agrícola e a grilagem de terras, especulação fundiária dentre outros fatores relacionados.

Para tanto, utilizaremos técnicas de cartografia e geoprocessamento para acompanhar a evolução da cobertura vegetal e o uso da terra nos anos de 1985, 1995, 2005, 2015 e 2022. Esta análise espacial fornecerá dados relevantes sobre as tendências de desmatamento, expansão agrícola e mudanças na paisagem, o que nos permitirá elaborar estratégias mais eficazes para o manejo sustentável do território quilombola da ARQIB.

10.1 Os Impactos da Abertura da BR-422 e Suas Consequências para a Região do Território.

A BR-422 é uma estrada federal que liga Novo Repartimento a Limoeiro do Ajuru, cruzando Tucuruí e Cametá, e passando por Baião e Oeiras do Pará. Conhecida como Rodovia Transcametá, é uma importante ligação entre o sudeste e o norte do estado. Ademais, é uma rota alternativa para chegar a Belém, contornando as cidades do oeste do Pará, em um trajeto extenso que abrange as rodovias BR-163, BR-230, BR-422, PA-263, PA-150 e PA-483.

Esta rodovia, que conecta diversas cidades e comunidades, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e na integração social da região. No entanto, a construção e a manutenção desta rodovia também trouxeram desafios ambientais significativos.

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), feito pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT sobre a BR-422, feito em 2006, as rodovias são um estímulo direto à ocupação de novas áreas, em especial aquelas situadas em regiões de fronteira agrícola. Catalisam mudanças econômicas em suas áreas de influência, que, em geral, envolvem um uso mais intenso do solo (DNIT, 2006). As implicações ambientais decorrentes de projetos rodoviários são vastas, dada a capacidade desses empreendimentos de desencadear mudanças significativas nos aspectos econômicos e sociais das regiões afetadas.

Para Henrique Simonetti (2010), as rodovias, assim como outros empreendimentos viários, exercem impactos ambientais que podem variar entre positivos e negativos, dependendo das circunstâncias específicas. No contexto das rodovias, esses impactos se manifestam em três domínios principais: socioeconômico, biótico e físico (Simonetti, 2010).

1. Impactos no âmbito socioeconômico:

Observam-se mudanças significativas nas atividades econômicas das áreas pelas quais a rodovia passa, resultando em alterações nos padrões de emprego e, por conseguinte, na qualidade de vida dos residentes locais. Além disso, as emissões de poluentes provenientes do tráfego rodoviário têm impactos diretos na saúde de animais e seres humanos, constituindo um desafio adicional. No meio biótico, os impactos incluem atropelamentos de animais e redução da cobertura vegetal. Já no meio físico, observam-se problemas como instabilidade de cortes e taludes, e alagamentos devido a falhas no sistema de drenagem (Simonetti, 2010). “A construção de grandes infraestruturas, como uma rodovia, requer geralmente a remoção de vegetação existente” (DNIT, 2006).

Neste sentido, os desmatamentos, no caso de obras rodoviárias, referem-se a qualquer tipo de limpeza de terreno, com ou sem bosques e florestas, e mesmo que a supressão da vegetação se refira apenas a pastos, ou, até a remoção de lixo. Dessa forma, o desmatamento estará limitado à faixa de domínio que já foi desmatada anteriormente e que hoje é palco de regeneração controlada, onde os trabalhos de conservação não permitem o crescimento de árvores de grande porte, para garantir a segurança da rodovia. Os desmatamentos adicionais serão localizados e se destinarão à extração de materiais de construção (jazidas de material granular, areias e pedra), nos casos em que estas não se localizam nas áreas hoje de pastagem, consideradas prioritárias para a pesquisa geotécnica (DNIT, 2006).

Desde que foi inaugurada nos anos 1980, a BR-422 enfrentou a falta de pavimentação em toda a sua extensão. Somente em 2023, após manifestações populares e ações judiciais, o asfaltamento começou no trecho entre Novo Repartimento e Tucuruí. Essa iniciativa é considerada um marco histórico, prometendo melhorar significativamente o transporte e a qualidade de vida dos habitantes da região, além de impulsionar o crescimento econômico local.

Com relação aos Impactos Ambientais da BR-422 e suas Implicações Territoriais segundo o relatório da DNIT (2006), destaca que, a construção e operação da BR-422, conhecida como Rodovia Transcametá, desencadearam uma série de impactos ambientais e territoriais significativos na região onde está localizada. Esses impactos abrangem várias áreas, desde a qualidade do ar e da água até a dinâmica socioeconômica e os riscos ambientais associados.

2. Qualidade do Ar e Poluição:

A crescente atividade ao longo da BR-422, trouxe consigo uma preocupação significativa, como a qualidade do ar e a poluição. Devido ao aumento do tráfego de veículos que resulta não apenas em maior emissão de ruídos, mas também no levantamento de poeira, afetando principalmente as comunidades próximas à rodovia. Além disso, a manutenção regular da via contribui para a liberação de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂). Quanto à água, variações na qualidade surgem por conta dos processos erosivos e assoreamento, além da remoção da cobertura vegetal, afetando a flora e fauna locais.

3. Conflitos de Uso do Solo e Fragilidade Fundiária:

A fragilidade na regularização fundiária na região, combinada com a acessibilidade proporcionada pela rodovia BR-422, desencadeou mudanças significativas no uso do solo e

na estrutura fundiária local. Isso levou à instalação de médios e grandes empreendimentos. Bem como à marginalização dos pequenos produtores locais. Esses conflitos sociais podem surgir devido à especulação imobiliária e ao aumento da pressão sobre os recursos naturais da região.

4. Aumento das atividades extrativas:

A tendência atual de crescimento das atividades extrativistas neste contexto, está relacionada ao aumento da demanda por determinados produtos florestais, como a madeira, que tem sido cada vez mais procurada devido ao seu valor comercial. A prática em questão implica, muitas das vezes, no deslocamento forçado ou não dos habitantes locais, para atender às necessidades de grandes empreendimentos. Certas espécies arbóreas são particularmente visadas para tais fins, o que acarreta pressão sobre as populações dessas espécies. Já há na região alta ocorrência de eventos ilegais, particularmente extração ilegal de madeira, podendo estar sendo verificada por meio de imagens de satélite recentes.

Por fim, de modo geral, a BR-422 não apenas tem impactos ambientais diretos, mas também desencadeia uma série de implicações territoriais complexas na região onde está inserida. O planejamento cuidadoso e a implementação de medidas de mitigação são essenciais para minimizar esses impactos e garantir o desenvolvimento sustentável da área afetada.

Com relação aos impactos oriundos da construção da BR-422, no território da ARQIB, estão a perda de parte da floresta tropical da região. Além disso, a rodovia facilitou o acesso a áreas anteriormente inacessíveis da floresta, o que levou a um aumento no desmatamento ilegal e na exploração madeireira. Em sua entrevista, o senhor Djalma nos relata um pouco sobre como essa rodovia impactou o território quilombola.

Entrevista com o senhor Djalma Pereira Ramalho atual secretário de cultura da associação da ARQIB, no dia 14 de março de 2024:

S: Hoje estamos aqui para conversar sobre os impactos da abertura da BR-422 e suas consequências para a região. Para começar, poderia nos falar um pouco sobre como essa rodovia influenciou a chegada de pessoas de diferentes regiões ao Pará?

E: Certamente, a abertura da BR-422 teve um impacto significativo na demografia da região. A partir de 1980, com a inauguração da rodovia, houve um fluxo migratório expressivo de pessoas vindas de diversas partes do Brasil. Tanto pessoas do sul quanto do Nordeste, e até mesmo de outras regiões, foram atraídas para o Pará pela disponibilidade de terras na época.

S: E quais foram os principais grupos ou setores econômicos que se estabeleceram na região, sobretudo, no território após a abertura da BR-422?

E: Logo após a abertura da rodovia, observou-se a chegada de diversos grupos econômicos. Os madeireiros foram um dos primeiros a se estabelecer, aproveitando a facilidade de acesso às áreas florestais. Além deles, empresários ligados à indústria da madeira, como serrarias, também se instalaram na região. Outro setor que se desenvolveu foi o da pecuária, com a chegada de criadores de gado que buscavam grandes áreas para pastagem.

S: E quais foram os principais impactos dessas atividades econômicas na região?

E: Os impactos foram diversos. A exploração madeireira, por exemplo, levou ao desmatamento de extensas áreas florestais, alterando o ecossistema local e contribuindo para a perda de biodiversidade. Já a expansão da pecuária resultou na conversão de áreas florestais em pastagens, o que também teve consequências ambientais negativas, como o aumento da compactação do solo e a erosão.

S: Compreendo. E como esses impactos afetaram as comunidades locais?

E: As comunidades locais enfrentaram desafios, especialmente aqueles ligados à perda de recursos naturais e ao conflito pelo uso da terra. Muitas vezes, os interesses econômicos das indústrias madeireiras e pecuaristas entraram em conflito com as práticas tradicionais de uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades locais, gerando tensões e disputas territoriais.

Em sua entrevista, o senhor Djalma destaca que a abertura da BR-422, em 1980, atraiu uma grande quantidade de migrantes de diferentes partes do Brasil, atraídos pela abundância de terras na região e pelas oportunidades econômicas. Isso resultou num aumento significativo das atividades de madeireira e pecuária na área. A migração foi um fator relevante para o desenvolvimento econômico local, mas também trouxe problemas socioambientais, como a exploração ilegal de recursos naturais. Esse processo migratório para a região, é visivelmente visto, sobretudo na região da comunidade de Igarapé-Preto, isso ocorre por conta de sua localização, que está em um ponto estratégico, e com maior acúmulo de ofertas de bens e serviços.

10.2 Análise dos Impactos do Projeto Luz Para Todos no Território:

O Projeto Luz Para Todos representa uma significativa mudança no território da ARQIB, ocasionando uma série de consequências que ultrapassam o simples fornecimento de energia elétrica. Ao longo deste tópico, vamos analisar as consequências desse projeto na região, analisando seus efeitos sociais, econômicos e ambientais.

A chegada da eletricidade a áreas antes isoladas pode causar grandes alterações no modo de vida das comunidades locais, além de influenciar na dinâmica territorial, na utilização dos recursos naturais e na configuração do espaço urbano e rural.

O Projeto Luz Para Todos é uma iniciativa governamental brasileira lançada em 2003 e que se estendeu até 2015 com o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica em áreas rurais e remotas do país. A falta de energia elétrica nessas regiões era um problema enfrentado por milhões de brasileiros, o que dificultava o crescimento socioeconômico e o acesso a serviços básicos. O objetivo do projeto não era apenas fornecer energia elétrica às residências, mas também fomentar o progresso da região, incentivando atividades produtivas, aprimorando a qualidade de vida e promovendo a inclusão social.

Com base nessa situação, abordaremos os efeitos socioambientais desses grandes empreendimentos no território da associação ARQIB. A partir da segunda parte da entrevista concedida pelo senhor Djalma.

Até meados dos anos de 2006, as comunidades quilombolas locais não possuíam energia elétrica, só havia motores geradores de energia usado de forma coletiva, somente em algumas comunidades tinha motores, outras não, na comunidade de Igarapé-Preto, por exemplo, tinha um motor desses, usado para encher a caixa d'água que abastecia a comunidade, o mesmo era ligado duas vezes ao dia pela manhã e pela tarde.

Entrevista com o senhor Djalma:

S: Interessante observar como a chegada de serviços básicos, como energia elétrica, pode influenciar ainda mais os impactos na comunidade. Você poderia nos contar mais sobre como a disponibilidade de energia elétrica afetou a dinâmica local após sua chegada em 2006?

E: Com certeza. A chegada da energia elétrica trouxe consigo uma série de transformações para as comunidades. Com a facilidade de acesso à energia, muitos empreendimentos, como serrarias, passaram a ser estabelecidos na região. Isso possibilitou o aumento da exploração da madeira de forma clandestina, já que agora havia energia disponível para alimentar as serrarias, sem que houvesse uma fiscalização adequada.

S: E como essas atividades clandestinas impactaram as comunidades locais e o meio ambiente?

E: As atividades clandestinas tiveram consequências negativas tanto para a comunidade quanto para o meio ambiente. Por um lado, elas representaram uma fonte de renda para alguns moradores locais, que encontravam na exploração ilegal da madeira uma oportunidade de trabalho e renda. No entanto, essa prática contribuiu para o desmatamento descontrolado e a

degradação ambiental, comprometendo a biodiversidade da região e ameaçando os meios de subsistência tradicionais das comunidades locais.

S: E quanto à questão da fiscalização e regularização dessas atividades?

E: Infelizmente, a fiscalização e regularização, têm sido insuficientes, o que permite que a exploração ilegal da madeira continue ocorrendo de forma clandestina. A falta de controle e monitoramento eficazes por parte das autoridades competentes contribui para a perpetuação dessas práticas prejudiciais ao meio ambiente e aos habitantes das comunidades.

O relato do senhor Djalma mostra como a chegada de serviços essenciais, como energia elétrica, pode gerar consequências inesperadas. Embora esses serviços fomentem o progresso da região, também podem facilitar atividades ilegais, como a exploração de recursos naturais ilegalmente, a degradação do solo, dentre outros fatores. A falta de fiscalização e regulamentação adequada permitem que essas atividades prejudiciais continuem representando desafios para a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das comunidades locais.

Junto ao projeto Luz para Todos, no ano de 2010, inicia-se a instalação no Território, especificamente na comunidade de Igarapé-Preto, uma subestação de energia elétrica pela rede Celpe. Essa subestação, tinha como objetivo, na época, levar energia elétrica para a região do Marajó. Não foram encontrados dados que indiquem para onde exatamente foi, sabe-se somente que conecta o Baixo Tocantins à região Marajó, passando pelo município de Portel.

A instalação dessa complexa e extensa linha de transmissão (LT) exigiu a abertura de uma ampla área na floresta nativa, o que resultou em significativos impactos ambientais e sociais. Conforme os moradores locais, essa intervenção causou muitos danos, sobretudo para quem já habitava os locais onde a rede está passando. Dessa forma, podemos destacar dois elementos para melhor compreender esses impactos.

Primeiramente, os impactos ambientais foram severos. A remoção da vegetação nativa para dar lugar à linha de transmissão resultou em perda de biodiversidade e habitat natural para muitas espécies. A fragmentação da floresta tornou os ecossistemas locais mais vulneráveis, prejudicando a fauna e a flora. Além disso, o desmatamento para a criação de corredores para a LT contribuiu para a erosão do solo e o assoreamento de corpos d'água, afetando a qualidade da água e a vida aquática.

Em segundo lugar, os impactos sociais também foram profundos. A presença da Linha de Transmissão (LT) alterou a dinâmica das comunidades locais. Muitos moradores relatam a perda de terras cultiváveis e áreas de subsistência, o que afetou diretamente a segurança alimentar e as práticas agrícolas tradicionais. A construção e manutenção da mesma, geraram

uma movimentação intensa de trabalhadores e equipamentos, perturbando a tranquilidade das comunidades e aumentando a pressão sobre os recursos naturais locais. Ademais, a proximidade das linhas de alta tensão causa preocupações em relação à saúde e ao bem-estar dos moradores, devido à exposição constante aos campos eletromagnéticos. Durante esse período, ocorreram muitas greves da população local, pois, embora a subestação estivesse instalada na região, os moradores não se beneficiavam da energia produzida. Ou seja, os danos ambientais e sociais persistiam, mas os benefícios esperados, como o fornecimento de energia elétrica, não chegavam às comunidades locais. Essa situação gerou grande insatisfação e mobilização, evidenciando a disparidade entre os impactos negativos sofridos pela população e a falta de vantagens compensatórias.

10.3 Impactos da PA-368:

A PA-368 é uma rodovia estadual projetada para conectar comunidades rurais e urbanas, fornecendo uma via de transporte mais eficiente para produtos agrícolas, bens manufaturados e pessoas. A rodovia tem como objetivo diminuir o tempo de viagem e os custos de transporte, estimulando o crescimento econômico e o desenvolvimento regional.

Sua construção e pavimentação interligam as regiões de integração do Marajó e do Baixo Tocantins através da BR-422, no km 76. Seu trajeto seguirá a linha de transmissão (LT) que liga Igarapé-Preto a Portel, integrando-se à BR-422. Esta configuração estratégica permitirá o acesso a diversos destinos partindo de Cametá. Bagre, que também está localizada na região do Marajó, teria acesso a essa rodovia e estaria conectada, o que seria extremamente benéfico para a economia regional.

Iniciada em 12 de dezembro de 2023, esta estrada já gera preocupações significativas entre os moradores locais. Sem dúvida, a obra trará impactos ambientais, como a remoção de vegetação nativa e possíveis alterações nos ecossistemas. A experiência anterior com a BR-422 indica que esses impactos podem ser substanciais. Além disso, os moradores relatam uma crescente especulação imobiliária, com madeireiros, fazendeiros e empresários adquirindo áreas próximas ao traçado da rodovia, o que pode elevar os preços das terras e deslocar os moradores locais. Outro ponto relevante é o potencial aumento da criminalidade. A falta de policiamento efetivo na região, com os postos mais próximos localizados em Cametá e Baião, intensifica o receio dos moradores, especialmente daqueles que vivem às margens da rodovia.

Por fim, a PA-368, promete trazer grandes avanços em termos de infraestrutura e crescimento econômico para a região. Contudo, é importante que as autoridades levem em conta e reduzam os impactos ambientais e sociais relacionados à sua construção. A

administração adequada dessas questões assegurará a distribuição justa dos benefícios da rodovia, ao mesmo tempo, em que minimizará os perigos e obstáculos enfrentados pelas comunidades próximas.

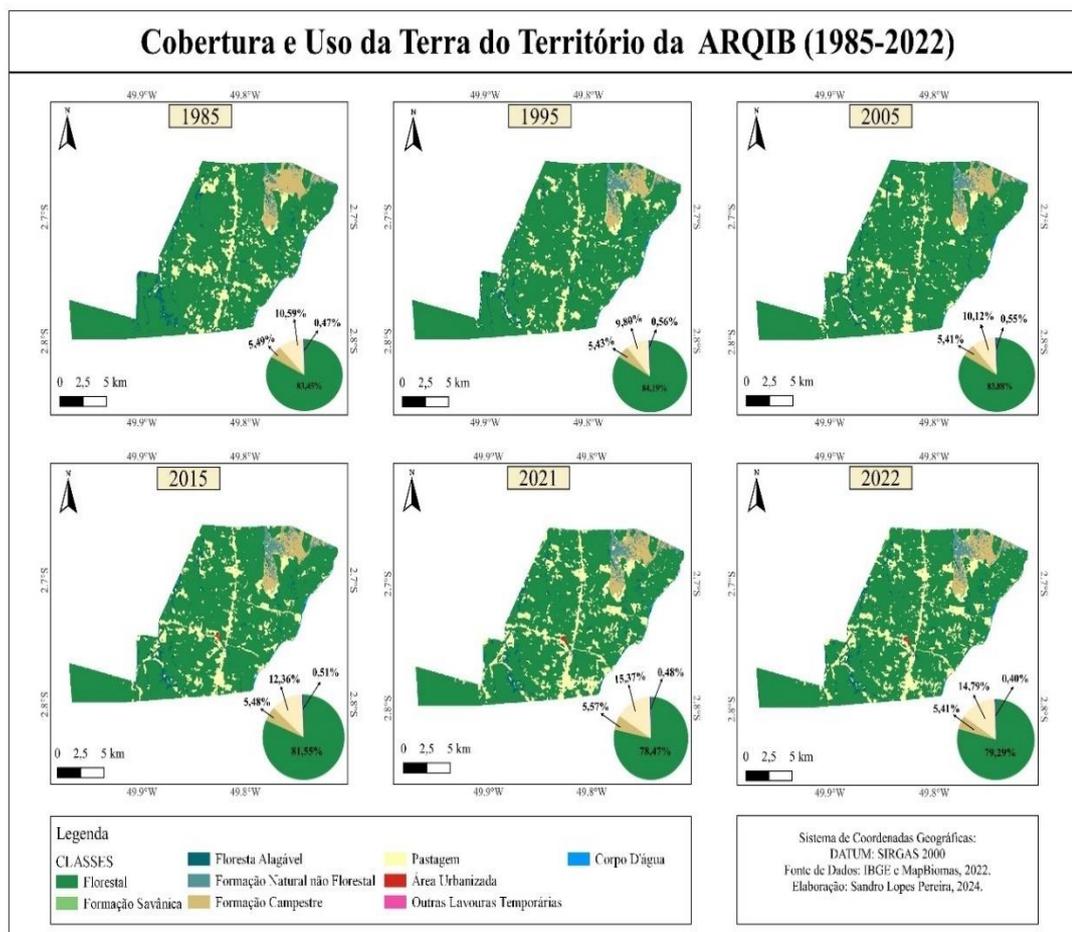
10.4 Uma análise Espacial e Temporal entre os anos de 1985 a 2022.

As ações humanas no território da Associação Remanescente de Quilombo de Igarapé-Preto à Baixinha (ARQIB) têm provocado transformações significativas no uso e ocupação do solo, alterando as paisagens locais. Essas mudanças podem ser observadas por meio da análise do uso e cobertura da terra, utilizando dados espaço-temporais que evidenciam as transformações ocorridas ao longo do tempo.

A área do Território apresenta uma dinâmica de uso e ocupação do solo marcada principalmente pela exploração de madeira e pela prática agropecuária. Para compreender essas transformações, foram analisadas as mudanças no uso e ocupação do solo em diferentes períodos: 1985, 1995, 2005, 2015, 2021 e 2022. Essa análise envolveu a elaboração de mapas detalhados do uso e cobertura da terra na região, utilizando dados e mapeamentos fornecidos pelo projeto Mapbiomas - coleção 8, que oferece uma série histórica abrangendo de 1985 a 2022. Os dados foram processados no software QGIS, versão 3.28.

Os resultados da pesquisa indicam que a degradação da vegetação no território quilombola avançou significativamente na década de 2000. A perda da cobertura vegetal natural foi impulsionada pelo aumento das atividades de exploração agropecuária e madeireira, associadas ao crescimento populacional na área. Essas mudanças resultaram em uma alteração substancial na paisagem, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8 – Mapa do percentual da Cobertura e Uso da Terra do Território da ARQIB (1985 a 2022).



Fonte: IBGE e MapBiomas, 2022.

Organização: PEREIRA, S. L. (2024).

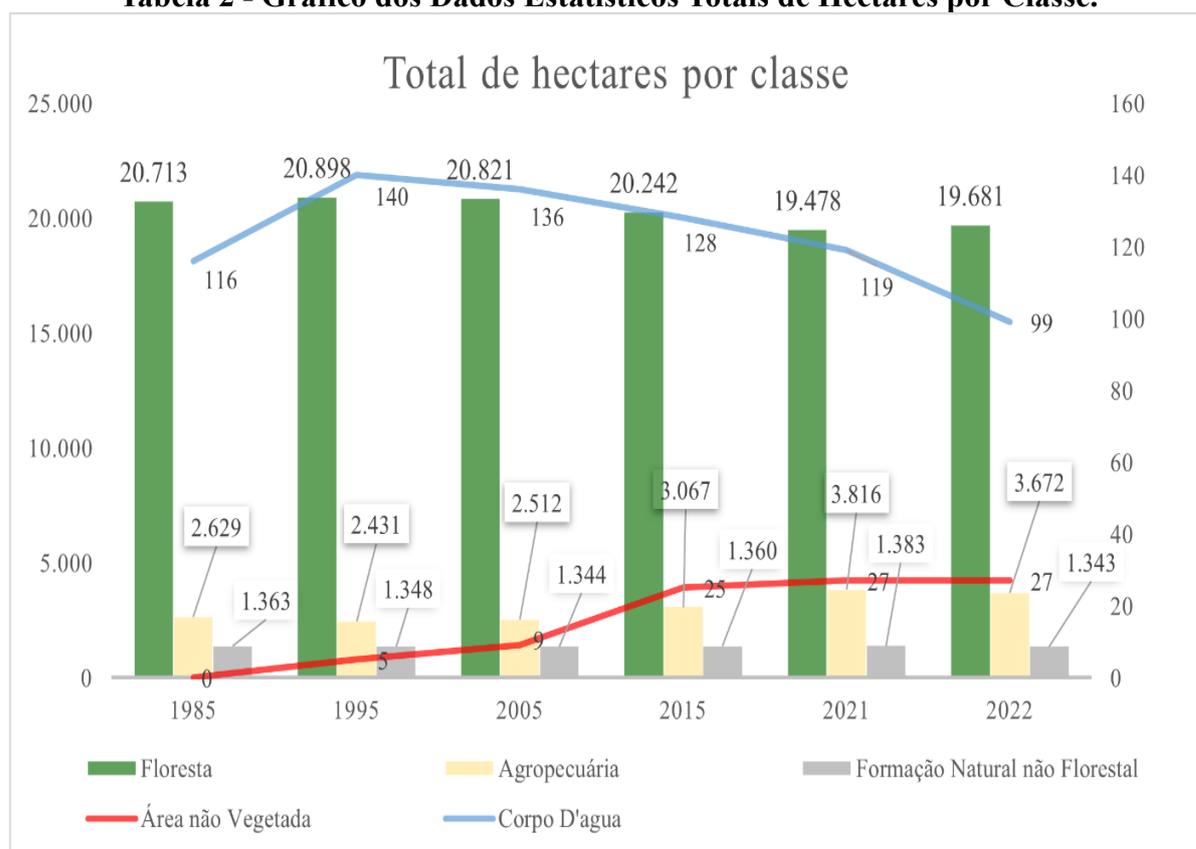
A análise dos dados revelou que a conversão de áreas florestais para pastagens e outras formas de uso intensivo da terra se intensificou a partir de 2005. Esta tendência é preocupante, pois a perda de cobertura vegetal pode levar a sérios impactos ambientais, incluindo a redução da biodiversidade, a degradação do solo e a alteração dos ciclos hidrológicos. Além disso, a pressão por desenvolvimento econômico na região tem gerado conflitos de interesses, onde a exploração madeireira e agropecuária frequentemente se sobrepõe aos esforços de preservação ambiental e cultural. As comunidades quilombolas, cuja subsistência e cultura estão intrinsecamente ligadas ao ambiente natural, enfrentam desafios significativos para manter suas tradições e modos de vida. Neste contexto, vejamos os percentuais detalhados a seguir.

Em 1985, a maior parte do território da ARQIB era dominada por florestas, representando 83,48% da área total. Outras categorias, como pastagem (10,59%), formação

natural não florestal (5,49%), e corpo d'água (0,47%), ocupavam proporções menores. Este cenário reflete um território predominantemente natural e com menor intervenção humana.

Ao longo da década seguinte, em 1995, observa-se uma ligeira expansão das áreas de pastagem para 9,90%, enquanto a floresta manteve-se relativamente estável em 84,19%. Este período ainda mostra um predomínio da cobertura florestal, embora comece a indicar o início de uma transformação.

Em 2005, a cobertura florestal apresenta uma leve redução para 83,88%, e a pastagem sobe novamente para 10,12%. A área de formação natural não florestal permanece estável em 5,41%, mostrando uma lenta, mas contínua conversão de florestas para áreas de uso mais intensivo. Já em 2015, a cobertura florestal diminui para 81,55%, enquanto a pastagem se estabiliza em 12,36%. Este período marca um aumento mais perceptível na conversão de áreas florestais para outros usos, refletindo a pressão por desenvolvimento econômico e expansão agrícola. Nos anos mais recentes, a análise de 2021 mostra uma redução significativa da cobertura florestal para 78,47%, acompanhada de um aumento das áreas de pastagem para 15,37%. Esta tendência continua em 2022, com a cobertura florestal representando 79,29% e a pastagem alcançando 14,79%. Estes dados indicam uma intensificação das atividades econômicas, como a pecuária, que têm transformado a paisagem original do território quilombola. A seguir, na Tabela 2, podemos observar os dados estatísticos totais de hectares por classe, que ilustram os aspectos paisagísticos do território.

Tabela 2 - Gráfico dos Dados Estatísticos Totais de Hectares por Classe.

Fonte: MapBiomias, 2022.
Organizado pelo autor.

O gráfico apresenta o total de hectares por classe de uso e ocupação do solo no território da Associação ARQIB. Os dados mostram uma clara tendência de diminuição da cobertura florestal e um aumento correspondente nas áreas de pastagem e outras formas de uso da terra. As figuras 2 e 3, demonstram de forma clara essas mudanças, evidenciando a extensão da degradação e modificação da paisagem ao longo do tempo. Esses dados reforçam a importância de políticas de manejo sustentável e de preservação ambiental para proteger as florestas remanescentes e a biodiversidade local, garantindo, ao mesmo tempo, a continuidade dos modos de vida tradicionais das comunidades quilombolas que dependem dos recursos naturais para sua subsistência.

Por fim, apesar dos esforços feitos pelos moradores das comunidades para a conservação, ainda são necessárias medidas mais efetivas para controlar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade na região. Há, portanto, uma necessidade urgente de políticas públicas que promovam a gestão sustentável dos territórios quilombolas. É essencial que as políticas de desenvolvimento considerem não apenas os aspectos econômicos, mas também os culturais e ambientais. Outro ponto importante é a garantia da participação das comunidades quilombolas nas decisões que afetam suas vidas e seus territórios. Assim

sendo, a promoção da gestão sustentável dos territórios quilombolas requer uma abordagem integrada e participativa, que leve em consideração as especificidades locais e contemple a diversidade de saberes e práticas das comunidades. Somente assim será possível garantir a preservação da cultura e do meio ambiente quilombola, promovendo o desenvolvimento sustentável dessas populações e de seus territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da problemática apresentada, concluímos que as comunidades quilombolas da Associação Remanescente de Quilombo de Igarapé-Preto à Baixinha (ARQIB) enfrentam desafios significativos no uso e ocupação do território devido às mudanças sociais, econômicas e ambientais. Essas comunidades precisam equilibrar a manutenção de suas práticas tradicionais com as pressões externas de modernização e desenvolvimento econômico.

Apesar do desenvolvimento, a base econômica das comunidades quilombolas permanece centrada na agricultura de subsistência. As roças são fundamentais na produção de alimentos para as famílias, que também comercializam os excedentes. Essa tradição agrícola é incentivada, pois representa um legado ancestral, sendo parte integral da identidade comunitária.

As políticas públicas têm efeitos contraditórios: melhoram a infraestrutura e condições de vida, porém, aumentam a exploração dos recursos naturais, ameaçando a sustentabilidade ambiental da região. A abertura de estradas e a chegada de eletricidade, embora benéficas, facilitam o acesso a áreas florestais, promovendo desmatamento e degradação ambiental. A migração motivada por novas oportunidades econômicas gera pressão adicional sobre os recursos disponíveis, agravando a gestão sustentável do território.

As comunidades quilombolas enfrentam o conflito de manter suas práticas ancestrais ou se adaptar às novas condições impostas pelo desenvolvimento. As intervenções públicas, como a abertura da BR-422 e a implementação do programa Luz Para Todos, resultaram em alterações significativas na estrutura socioeconômica e ambiental da região, incluindo a intensificação do desmatamento e a pressão sobre os recursos naturais.

Os dados do projeto MapBiomias – coleção 8 mostram que, em 1985, a maioria do território da ARQIB era composta por florestas, representando 83,48% da área total. Contudo, 2.629 hectares de floresta foram convertidos em pastagem. Podemos dizer que um dos fatores que causou essa característica foi a instalação da BR-422 na região do Baixo Tocantins na década de 1980.

A instalação da energia elétrica na região em 2006 aumentou os impactos, refletindo na questão social e ambiental. De acordo com os relatos dos moradores, a energia elétrica trouxe uma série de mudanças significativas para as comunidades. Apesar dos benefícios trazidos pela eletricidade, surgiram novos desafios. Uma das consequências foi o aumento da pressão sobre os recursos naturais da região. Além disso, a eletricidade trouxe alterações na aparência do local. As novas opções de entretenimento, como bares, lanchonetes e balneários,

impulsionaram o comércio local, aumentando o consumo de bebidas alcoólicas e alimentos processados. Além disso, a instalação de diversos minimercados aumentou a oferta de produtos industrializados, o que resultou numa alteração nos hábitos alimentares das famílias locais, com uma diminuição no consumo de alimentos frescos e naturais, que eram tradicionais consumidos pelas famílias quilombolas da região.

Ainda de acordo com os relatos dos moradores, com a facilidade de acesso à energia, muitos empreendimentos, como serrarias, começaram a surgir na região. Isso permitiu o aumento da exploração ilegal de madeira, uma vez que agora havia energia disponível para abastecer as serrarias, sem a devida fiscalização.

No que diz respeito aos impactos ambientais, um dos principais fatores é a questão das linhas de transmissão (LT). A colocação de postes de luz, cabos de transmissão e outras estruturas elétricas alteraram a beleza e a utilidade do ecossistema natural, afetando a diversidade de vida. Os dados estáticos indicam que, em 2015, a cobertura florestal diminuiu para 81,55%, enquanto a pastagem subiu para 12,36%. Este período marca um aumento mais perceptível na conversão de áreas florestais para outros usos, refletindo a pressão por desenvolvimento econômico e expansão agrícola. Nos anos mais recentes, a análise de 2021 mostra uma redução significativa da cobertura florestal para 78,47%, acompanhada de um aumento das áreas de pastagem para 15,37%. Esta tendência continua em 2022, com a cobertura florestal representando 79,29% e a pastagem alcançando 14,79%. Estes dados indicam uma intensificação das atividades econômicas, como a pecuária, que têm transformado a paisagem original do território quilombola. Outras categorias, como a formação natural não florestal, apresentavam em 2015 (5,48%), em 2021 (5,57%), e em 2022 (5,41%). Já as áreas não vegetadas, em 1985 não havia registro, em 1995 surgiu uma pequena área não vegetada de 5 hectares, em 2005 a área não vegetada aumentou para 9 hectares, em 2015 houve um aumento significativo para 12 hectares, em 2021 subiu para 27 hectares, em 2022 permaneceu estável em 27 hectares.

Com relação à nova PA-368, que começou a ser aberta em 2023, com a finalidade de conectar o Baixo Tocantins ao Marajó, cortando o território da associação ARQIB ao meio. Ainda não foram analisados os impactos ambientais dessa rodovia até o momento, uma vez que as análises do projeto MapBiomias só vão até 2022. Contudo, os moradores locais já demonstram certa preocupação com a abertura dessa estrada, sobretudo no contexto de grilagem de terras que gera conflitos, expansão agrícola e especulação imobiliária, que já é percebida na região. Um exemplo disso é a vinda de pessoas de fora com o objetivo de comprar terras às margens da rodovia. Essas transformações no uso da terra têm importantes

implicações para a preservação do patrimônio cultural e ambiental das comunidades quilombolas que compõem a ARQIB. A conversão de áreas florestais para pastagens e outras formas de uso intensivo da terra pode causar a perda de biodiversidade, a degradação ambiental e impactos negativos nas práticas culturais e modos de vida tradicionais.

Em suma, a preservação do território é indispensável não apenas para a preservação das tradições e identidade culturais das comunidades quilombolas, mas também para a proteção do meio ambiente e da biodiversidade local. As políticas públicas e as ações de desenvolvimento devem seguir os princípios da sustentabilidade, garantindo que as futuras gerações possam desfrutar de um ambiente saudável e culturalmente rico. A manutenção do acompanhamento e da pesquisa são fundamentais para acompanhar as mudanças e adaptar as estratégias de preservação e desenvolvimento de forma eficiente.

Além disso, reforça-se a relevância do fortalecimento das comunidades tradicionais na defesa de seus direitos territoriais contra as pressões externas. Este estudo pretende incentivar reflexões críticas e análises sobre o cenário atual vivido pelas comunidades quilombolas.

O Baixo Tocantins ainda apresenta uma grande lacuna de pesquisas dedicadas a esses temas. O estudo apresentado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018) aponta que poucas pesquisas abordaram territórios quilombolas e nunca houve uma avaliação do papel da vegetação nessas áreas. Nesse sentido, a principal dificuldade para estudar essa área de interesse, o território da ARQIB, é justamente a falta de dados.

Apesar das dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, conseguimos finalizá-la com muito trabalho e coragem. É importante salientar a necessidade de mais estudos como este, voltados para as questões quilombolas. Esses estudos são extremamente relevantes para o conhecimento da realidade vivida pelos quilombolas. Dessa forma, podemos propor medidas ambientais junto a órgãos públicos e privados, com o objetivo de implementar programas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, manejo e conservação adequados para a região, visando minimizar os impactos negativos e promover o desenvolvimento sustentável.

Conforme os dados estatísticos, mais de 80% das áreas protegidas na Amazônia estão ameaçadas. Das 803 áreas protegidas (terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas), 653 estavam sob ameaça de desmatamento em 2023, de acordo com a Inteligência Artificial no combate ao desmatamento da Amazônia (PrevisIA, 2023).

REFERÊNCIA:

ALBUQUERQUE, A. Programa de Investimento em Logística (PIL). Ministério da Infraestrutura, 2019. Disponível em: <http://www.infraestrutura.gov.br/pil/index.html>. Acesso em: 09 de abr. 2024.

ALMEIDA, J. Desenvolvimento regional e Amazônia: uma análise crítica das políticas públicas. Editora Nacional, 2012.

ARAÚJO, J. B. et al. Desenvolvimento sustentável na Amazônia: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 9, n. 2, p. 466-480, 2016.

ARNAUD, Raimunda. Entrevista [dez. 2023]. Comunidade quilombola de Igarapé-Preto, 2023. 1 arquivo mp4 (46 minutos).

BARROS, M. J. B. O uso do território e políticas públicas territoriais no Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: XVI ENANPUR. Belo Horizonte, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BECKER, B. K. O ciclo da borracha e a ocupação da Amazônia. Estudos avançados, v. 15, n. 42, p. 109-123, 2001.

BENCHIMOL, S. Amazônia: Formação Social e Cultural. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CARVALHO, F. Amazônia em Debate: Desafios Socioambientais. Editora CRV, 2020.

CARVALHO, M. Amazônia em transformação: o desenvolvimento regional sob o prisma da sustentabilidade. Editora Brasileira, 2015.

CARDOSO, FH., and MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CASTRO, E. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. SciELO, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000100001>. Acesso em: 12 de abr. 2024.

CASTRO, E. Os grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia brasileira. Novos Cadernos NAEA, v. 18, n. 1, p. 49-74, 2015.

CASTRO, R. C. Desenvolvimento e degradação ambiental na Amazônia: o legado do regime militar. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Quilombolas no Brasil. Disponível em: <https://cpisp.org.br/>. Acesso em: 26 de abr. de 2024.

COQUEIRO, Teresa Cristina da Costa. As alterações provocadas pelo Programa Luz para Todos na comunidade quilombola de Igarapé Preto/Pará. 2010. Dissertação (Mestrado em

Ciências Ambientais) – Universidade de Taubaté, Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Taubaté, 2010.

COSTA, W. M. Geopolítica e estratégia em Golbery do Couto e Silva. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 59, n. 2, p. 198-216, 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA – DNIT. Manual para Atividades
FARIAS, A. C. Pressões econômicas e desafios ambientais na Amazônia: uma análise do Programa Nacional de Desenvolvimento da Amazônia. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. 5, n. 1, p. 87-102, 2018.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2005.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. *Acta Amazônica*, v. 35, n. 3, p. 395-400, 2005.

FERREIRA, L. Impactos da mineração na Amazônia. *Observatório do Clima*, 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodoclima.eco.br/impactos-da-mineracao-na-amazonia>. Acesso em: 09 de abr. 2024.

GOMES, F. Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - Século XIX. 2005.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/quilombola>. Acesso em: 24 de abr. de 2024.

ITERPA. Quilombolas. Disponível em: <http://portal.iterpa.pa.gov.br/quilombolas/>. Acesso em: 22 de abr. de 2024.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, P. G. da C.; AMADO, A. M.; MOLLO, M. de L. R. Fundamentos macroeconômicos nas perspectivas de Marx e Keynes: contribuições para a heterodoxia. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 1, p. 115-133, 2016.

LIMA, R. Migrações e transformações na fronteira agrícola do Pará: o caso de Novo Progresso. *Terra Livre*, v. 52, n. 1, p. 21-42, 2019.

LIMA, R. N. Amazônia: Geografia, história e economia. *Expressão Popular*, 2009.

MACHADO, Deonata. Entrevista [dez. 2023]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2023. 1 arquivo. mp4 (40 minutos).

MACHADO, Domingos. Entrevista [dez. 2023]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2023. 1 arquivo. mp4 (40 minutos).

MACHADO, Leôncio. Entrevista [fev. 2023]. Comunidade Quilombola de Igarapé Preto, 2023. 1 arquivo. mp4 (50 minutos).

MALUNGU. Lista de comunidades por município. Disponível em: <<https://malungu.org/wp-content/uploads/2021/12/Lista-de-comunidades-por-municipio.pdf>>. Acesso em: 24 de abr. de 2024.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MAPBIOMAS BRASIL. MapBiomas Brasil. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 16 de fev. 2024.

MENEZES, R. *Desafios do desenvolvimento na Amazônia: uma análise histórica*. Editora Amazonas, 2010.

MOTTA, M. A. *História do Nordeste*. Edições Fundação Astrojildo Pereira, 2008.

NAHUM, Marcia. O direito à terra e a luta pela demarcação das terras quilombolas na Amazônia. In: *Territórios e identidades: os desafios das comunidades quilombolas*. São Paulo, 2011. p. 80-91.

OLIVEIRA, F. *Impactos ambientais do desenvolvimento na Amazônia: uma abordagem crítica*. Editora Florestal, 2018.

OLIVEIRA, R. Lutas quilombolas no Baixo Tocantins: resistência e reivindicação de território. *Cadernos de Estudos Afro-Brasileiros*, v. 25, n. 1, p. 78-93, 2018.

OLIVEIRA, R.; CÂMARA, F. Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Uma Análise do Segundo Plano de Desenvolvimento Regional. *Revista Brasileira de Economia*, v. 62, n. 4, p. 567-582, 2006.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração. Anexo XII: Regiões de Integração e Municípios do Estado do Pará. Disponível em: <http://seplad.pa.gov.br/wp>. Acesso em: 24 de abr. de 2024.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Fronteira Agrícola do Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/fronteira-agricola-brasil.htm>. Acesso em 25 de abr. de 2024.

PEREIRA, M. F. V. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. In: *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 95-104, abr. 2011.

PINHEIRO, S. R. O Programa Polamazônia: uma análise do contexto de sua implementação e seus impactos na Amazônia Legal. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 10, n. 6, p. 1936-1952, 2017.

PrevisIA: Inteligência Artificial no combate ao desmatamento da Amazônia. A plataforma analisará dados diversos, como topografia, cobertura do solo, infraestrutura urbana e principalmente abertura de estradas para prever riscos de desmatamento, 2023.

RAMALHO, Djalma. Entrevista [mar. 2024]. Comunidade quilombola de Igarapé-Preto, 2024. 1 arquivo mp4 (50 minutos).

RAMOS, M. C. O Desenvolvimento Econômico na Amazônia Legal: seus Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos e as Perspectivas para a Região. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS, v. IX, n. 1, 2014.

RENHA, C. E. A política desenvolvimentista para a Amazônia: implementação, objetivos e o revés da SPVEA (1953-1966). Revista Brasileira de História, João Pessoa, 2019. Disponível em: <insira aqui o link para o artigo>. Acesso em: 2024.

RENHA, I. Amazônia Legal: história, políticas e gestão do território. Papel Virtual Editora, 2019.

Rodoviárias, publicação IPR-730, 2006.

SANTOS, A. B. Desenvolvimento e ocupação da Amazônia: o papel do Programa de Integração Nacional (PIN). Belém: Editora UFPA, 2015.

SANTOS, J.; OLIVEIRA, M. Quilombolas e suas Lutas por Território no Baixo Tocantins. Revista Kairós Gerontologia, v. 22, n. 2, p. 345-361, 2019.

SANTOS, M. Usina Hidrelétrica de Tucuruí e as comunidades ribeirinhas: impactos e realidades. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

SCHWARZ, A. Os impactos socioambientais da construção da Rodovia Transamazônica. Revista Eletrônica do Curso de Geografia da UFSM, v. 13, n. 1, p. 42-58, 2015.

SILVA, A. Migrações e resistência: a formação das comunidades quilombolas no Baixo Tocantins. Revista de História Regional, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2015.

SILVA, A. Políticas de desenvolvimento e suas implicações na Amazônia. Editora Amazônia, 2019.

SILVA, M. D. L. da. A Amazônia e o desenvolvimento: aspectos da trajetória das políticas públicas na região. Revista de Estudios Brasileños, v. 7, n. 15, 2020.

SILVA, M. R. A ocupação da Amazônia e suas implicações socioambientais. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

SILVA, R. Rodovia Belém-Brasília: integração e impactos na ocupação da Amazônia. Revista de Estudos Regionais, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2018.

SIMONETTI, H. Estudo de impactos ambientais gerados pelas rodovias: sistematização do processo de elaboração de EIA/RIMA. 57f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil).

Departamento de Engenharia Civil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SINGER, P. A Marcha para o Oeste e a conquista da Amazônia. São Paulo: Editora Ática, 2007.

SINGER, P. Geografia da desigualdade: o papel da política na divisão territorial do Brasil. São Paulo: Edusp, 2007.

SOUSA JR., W. Modernização e regionalização da Amazônia: projetos e visões (1960-1970). In: Homem, natureza e cultura na Amazônia (p. 101-126). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2018.

SOUSA, R. M. Desmatamento na Amazônia Legal: uma análise da década de 1980. Anais do Seminário Nacional de Geografia, v. 3, n. 1, p. 97-112, 2019.

SOUZA, J. Desenvolvimento mineral na Amazônia: o caso da Albrás-Alunorte. Revista Brasileira de Geografia Econômica, v. 12, n. 2, p. 245-263, 2010.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 77-116.

SOUZA, P. A ocupação da Amazônia: políticas, atores e impactos. Editora Nacional, 2008.

SUDAM. Políticas de Desenvolvimento da Amazônia. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br>. Acesso em: 02 abr. 2024.